



Anais da Assembléia

Nº 64

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 58.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 1983
(Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Tuguio Setogutte e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Cristóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, (57), achando-se em licença o Sr. Deputado Wilson Fortes (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER na forma regimental, a consignação de um voto de pesar pelo falecimento em Curitiba, da Sra. REALDA GALIOTTO, que deixa viúvo o Sr. Durvalino Galiotto e três filhos, Gilberto, Rosane e Denise.

Da decisão plenário, requeiro se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. RAUL VIANA, um dos cinco Conselheiros fundadores do Tribunal de Contas do Paraná.

Nascido em Ponta Grossa, ocupou a presidência e a vice daquela Corte; foi Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, além da Fazenda e Agricultura.

Raul Viana faleceu aos 68 anos de idade, deixando

viúva a Sra. Andreza Wolf Viana, e um casal de filhos.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER ouvido o Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Sra. Professora Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, no sentido de determinar ao órgão competente desta Secretaria, se digne efetuar os reparos necessários no Colégio Estadual "Romário Martins", localizado em Piraquara, tendo em vista fatos ocorridos sistematicamente com explosões de bombas de fabricação caseira, de grande potência, ocasionando elevados danos materiais, acarretando não somente a quebra de vidros e telhas, o que vem prejudicando sobremaneira o bom andamento dos trabalhos no referido estabelecimento.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à SANEPAR, através da Secretaria de Estado do Interior, no sentido de serem agilizadas providências com a finalidade de estender serviços de rede de água no Município de Piraquara, mais propriamente nos bairros de Vila Macedo, Primavera e Santa Mônica, e que, o tubo mestre, que deverá conduzir esta água às casas dos mencionados bairros, não se transforme em ônus para aquelas populações.

Solicita, outrossim, que se dê conhecimento do inteiro teor deste aos Srs. Vereadores do PDS, em Piraquara.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes e Arquibancada para o campo de futebol no Município de Salto do Itararé.

Esclarecemos que o time de futebol local é tricampeão regional de futebol e já se faz merecedor do benefício ora solicitado, bem como a construção de um ginásio que servirá de incentivo para os jovens do município, quanto à prática de esportes. Motivos pelos quais pleiteamos tal solicitação.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, no sentido de que sejam remetidos mil (1.000)

cobertores para serem distribuídos à população carente da cidade e distritos pertencentes ao Município de Mamborê.

De iniciativa do ilustre Prefeito, Sr. Ivo Bruneta, tal medida visa atender aos necessitados daquele município, que, com a chegada do inverno, batem às portas da Prefeitura, buscando ajuda para seus infortúnios.

O poder público, por sua vez, sem recursos financeiros para atender aquela gente carente, vê-se na contingência de apelar à sensibilidade do ínclito Secretário, para que tal ajuda seja conseguida por intermédio desta Secretaria.

Requeremos outrossim, seja anexado ofício do Sr. Prefeito Municipal dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário, fazendo apelo no mesmo sentido.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação dirigida aos Srs. Ministros da área econômica, no sentido de que sejam prorrogadas as dívidas dos agricultores que plantaram algodão, soja e milho, na safra 82/83.

De iniciativa do ilustre Vereador Antônio Bernardino Sena Neto, tal providência visa amenizar os prejuízos sofridos pelos agricultores paranaenses, em virtude das últimas chuvas que caíram sobre o Estado do Paraná, prejudicando as colheitas e reduzindo a nossa produção entre 30 a 40 por cento.

Com a perda verificada, muitos agricultores sequer têm condições de saldar seus compromissos financeiros assumidos perante o Banco do Brasil S/A, e a prorrogação das dívidas, viria amenizar os sofrimentos desses agricultores, principalmente os de pequeno e médio portes, evitando, destarte, o aumento do êxodo rural, que é uma constante em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja fornecido uma viatura policial, com os respectivos acessórios, para a Delegacia de Polícia de Moreira Salles.

De iniciativa do ilustre Vereador Jair Bauch, da cidade de Moreira Salles, tal medida visa dar um melhor atendimento à população daquele município, no setor da segurança pública.

Contando apenas com uma viatura, tal não é suficiente para dar atendimento a todos os casos que ocorrem, tanto na sede do município, bem como em seus respectivos povoados.

Além do mais, a viatura ali existente, não se encontra em boas condições de uso, estando constantemente nas oficinas, o que dificulta a ação da polícia daquele município no combate ao crime e à marginalidade.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. José Richa, DD. Governador do Estado, no sentido:

1. De que seja feita a liberação da verba no Orçamento/83, de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) consignada à Fundação Instituto de Terras e Cartografia, e que se acha bloqueada.

2. De que seja estabelecida a consignação, ainda no presente exercício, de uma suplementação de verbas, à Fundação Instituto de Terras e Cartografia, no valor de Cr\$... 300.000.00,00 (trezentos milhões de cruzeiros), a fim de que se façam os depósitos judiciais necessários aos processos de desapropriação de áreas do Parque Marumbi, em condições legais de serem desapropriadas num total de 19.047 hectares.

3. De que seja estabelecido a consignação para a Fundação Instituto de Terras e Cartografia nos orçamentos de 1984, e exercícios seguintes, de verbas adequadas à complementação das desapropriações do Parque Marumbi e efetiva implantação do projeto.

4. De que seja feita a consignação, à Fundação Instituto de Terras e Cartografia, de verba suplementar no presente exercício de 1983, e de verbas adequadas nos subseqüente exercícios, com o fim específico de implantar o Parque Marumbi, inclusive para a fixação, em outras áreas, de cerca de 500 famílias hoje residentes no perímetro já definido do Parque Marumbi.

5. De que sejam estabelecidos contatos urgentes e efetivos com as autoridades federais no sentido de se obter a colaboração do Governo Federal na alocação de verbas necessárias para a desapropriação das terras do Parque Marumbi e a implantação definitiva do referido Parque.

Outrossim, requer sejam enviadas cópias do presente requerimento às seguintes autoridades:

Excelentíssimo Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado do Planejamento.

Excelentíssimo Sr. Erasmo Garanhão, DD. Secretário de Estado das Finanças.

Excelentíssimo Sr. Claus Magno Germer, DD. Secretário de Estado da Agricultura.

Excelentíssimo Sr. João Bonifácio Cabral Júnior, DD. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia.

Excelentíssimo Sr. João José Bigarella, DD. Presidente da Associação de Defesa e Educação Ambiental - ADEA.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

Mais do que em qualquer outra região do Estado, a racionalização do uso do território, na Serra do Mar, depende de sua preservação.

A vegetação que recobre as íngremes encostas da Serra nem mesmo é capaz de proteger as rochas contra as intempéries do clima. Deslizamentos naturais são freqüentes. O potencial erosivo é elevadíssimo. A devastação acarreta conseqüências seriíssimas.

Casos como a Serra dos Araras, Caraguatituba e mais recentemente Tubarão, onde literalmente as encostas da Serra vieram abaixo, com grandes prejuízos materiais e perdas de vidas humanas, não devem se repetir.

Não apenas os moradores locais serão afetados pela devastação da Serra.

A comunidade paranaense, toda ela, será atingida. Os custos da degradação da Serra do Mar, são sociais. Toda a economia do nosso Estado será abalada.

Trata-se de preservar o Porto de Paranaguá, peça básica de nossa estrutura econômica.

Trata-se da manutenção do nosso único corredor de exportação, da manutenção da ferrovia e rodovias que cortam a Serra do Mar; do oleoduto também.

Trata-se de proteger mananciais d'água da grande Curitiba e cidades do Litoral.

Trata-se da viabilidade de nossos balneários, e do bem estar da nossa população.

Trata-se da manutenção da piscosidade de nossa baía e das atividades econômicas ligadas à pesca.

Trata-se da proteção à usina hidrelétrica "Parigot de Souza", encravada no seio da serra.

Por outro lado, a preservação da Serra do Mar e a implantação do Parque Marumbi apresenta custo social reduzido.

O Parque Marumbi representa um passo para a estabilização da nossa economia, cujas conseqüências serão sentidas até mesmo além das fronteiras nacionais. O Paraguai também depende do corredor de exportações.

A preservação da Serra do Mar é uma necessidade inadiável da comunidade nacional. O Parque Marumbi é um compromisso do Estado para com a Nação. Cabe ao Estado zelar pela coisa pública preservando o interesse coletivo. A prescrição dos decretos desapropriatórios do Parque Marumbi é herança que terá de ser equacionada pelo Governo.

O atendimento ao presente requerimento procura, assim, atender a esse objetivo, de elevada importância social e econômica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Deni Lineu Schwartz, DD, Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo-lhe a permanência do núcleo do Departamento de Estradas de Rodagem — DER, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, dando-se ciência deste requerimento à Câmara Municipal daquela localidade.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Instalado já de longa data no Município de Santo Antônio do Sudoeste, o núcleo do DER vem desempenhando suas atividades a contento da população.

A extinção deste órgão, se concretizada, virá causar grande descontentamento à comunidade, além de acarretar prejuízos aos cofres estaduais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Administração, solicitando a instalação de um Posto do IPE, na cidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Barbosa Ferraz e região que a circunda, tem centenas de funcionários públicos estaduais, os quais estão sem assistência, dada a distância que separa a respectiva cidade da sede onde fica o Posto do IPE, que é Campo Mourão.

Sendo assim, solicitamos que seja instalado o referido posto, que irá, por certo, trazer muitos benefícios aos funcionários locais e da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria

de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento com lama asfáltica das rodovias que ligam Paranavaí a Planaltina do Paraná e Paranavaí a Rondon, passando por Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva atender duas das mais importantes rodovias pavimentadas que atendem o noroeste do Paraná.

A primeira, ligando Paranavaí a Planaltina do Paraná, e que atende também os Municípios de Amaporã, Santa Izabel do Ivaí, Loanda, vários distritos, além de outras importantes localidades.

A segunda, ligando Paranavaí a Rondon, rodovia esta que atende também os Municípios de Tamboara, São Carlos do Ivaí, Paraíso do Norte e vários outros.

Em virtude do grande tráfego ali existente, as duas citadas rodovias estão em péssimas condições, não oferecendo condições mínimas de atendimento à população local que, desta forma, vê-se bastante prejudicada.

Tendo em vista os fatos acima expostos e a premente necessidade de atender aos moradores de Paranavaí, Amaporã, Planaltina do Paraná, Santa Izabel do Ivaí, Loanda, Tamboara, Paraíso do Norte, Rondon, Cidade Gaúcha, Tapira, São Carlos do Ivaí, Mirador, algumas dezenas de distritos e outras localidades circunvizinhas, é que solicitamos o encaminhamento do presente pedido à Secretaria de Estado dos Transportes, encarecendo a brevidade do atendimento, pois se trata de melhoramento indispensável àquela região.

Certamente serão centenas de produtores rurais, comerciantes, estudantes e representantes de todas as classes sociais que se locomovem diariamente por ali, que ficarão para sempre agradecidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento com maior brevidade, da estrada que liga o Município de Terra Rica ao Município de Diamante do Norte, passando pelo Distrito de Ademar de Barros, neste Estado.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Terra Rica e Diamante do Norte são duas importantes sedes municipais localizadas na região noroeste paranaense e cuja produção agropecuária, bem como um ativo comércio e centenas de pequenas e médias indústrias, têm proporcionado muitos benefícios para o nosso Estado.

Porém, a despeito da grande contribuição que os dois importantes municípios têm dado a população dos mesmos tem se sacrificado intensamente, principalmente os produtores que, muitas vezes, ficam na iminência de perder safras inteiras e ter incalculáveis prejuízos pois não tem meios para dar escoamento à sua produção.

Quando chega época de chuva, como agora, onde todo o Paraná, e mais ainda, praticamente todo o sul do Brasil está sofrendo prejuízos jamais vistos, aquela região paranaense torna-se totalmente intransitável.

Assim sendo, a autorização para o asfaltamento da citada estrada viria, em momento oportuno, dar um novo alento àqueles sofridos povos que tanto têm colaborado para com o desenvolvimento do nosso Estado mas que, infelizmente, têm sido freqüentemente esquecidas pelos poderes públicos.

Entre Terra Rica e Diamante do Norte localiza-se um importante distrito — Ademar de Barros — que também será beneficiado com a medida, além de dezenas de outras localidades vizinhas.

Enfim, como o atual Governo tem dado especial atenção aos reclamos maiores de nossa gente, tenho certeza de que esta reivindicação terá a melhor acolhida, tanto nesta Casa, quanto junto à Secretaria de Estado dos Transportes, que não medirá esforços no sentido de concretizar importante obra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja construído um Módulo Policial no Bairro Tarumã, desta Capital.

De iniciativa do Sr. Altamir José Narciso, representante da Associação dos Moradores do Bairro do Tarumã, tal medida torna-se necessária, tendo em vista a insegurança dos moradores daquele bairro, principalmente os jovens que estudam no período noturno, que ficam à mercê dos marginais que transitam por aquele bairro. Com a instalação de um Módulo Policial facilitaria o acesso da população quando necessitasse fazer suas “notícias criminais”.

Em vista do exposto, encarecemos urgentes estudos por parte dessa Secretaria, no sentido de atendimento ao nosso pedido.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio do presente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, com a finalidade de autorizar a tomar imediatas providências para normalização dos sinais de TV na cidade de Castro, prejudicada pelos constantes problemas de ordem técnica, o que vem causando preocupação e revolta da população, que fica na dependência de atenções de autoridades municipais que não tomam as necessárias providências, e apenas mantém, na repetidora local, as imagens do Canal 12, Rede Globo, desligando há mais de 20 dias, as imagens da TV Iguaçu, Canal 4 e TV Paraná Canal 6, para o que REQUER o envio de expediente à RADIPAR, no sentido de que sejam normalizados os sinais de TV em Castro, de uma vez por todas, sem improvisações e outras medidas paliativas, levando ao conhecimento dos referidos Canais, esta solicitação.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

Por ser a televisão, nos dias atuais, veículo de lazer e informação, necessário se faz que a cidade de Castro seja bem servida e tenha opções reais em termos de TV, sem a sujeição e imposição de um único canal, como vem ocorrendo.

Cabe aqui o destaque de que a municipalidade nada vem fazendo para que esse problema seja resolvido, sob a alegação de que não há verbas e que “televisão não enche barriga de ninguém”, o que evidencia imposição arbitrária ao direito de livre escolha e opção, em termos de TV.

Além da má qualidade dos sinais de TV em Castro e Região, o povo reclama e tem direito, como nos demais centros do Estado, em ser brindado com os canais de sua preferência, e simpatia, para o que contribui com seus impostos que devem

ser lhes devolvidos em obras, educação, cultura, esportes e lazer.

É neste sentido que venho requerer o envio de expediente à RADIPAR, órgão criado justamente para fornecer aos mais distantes rincões do Paraná melhores condições de som e imagem de TV a fim de que seu povo seja bem informado sob todos os aspectos da vida regional e nacional, evitando-se o monopólio e o prejuízo de nossos grupos locais, que vêm lutando bravamente na defesa de nossas instituições e soberania,

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe conferem o Regimento Interno, REQUER ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, DD. Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, no sentido de determinar ao órgão competente dessa Secretaria, se digne enviar policiamento preventivo nas dependências e/ou proximidades do Colégio Estadual Romário Martins, localizado no Município de Piraquara, à Avenida Getúlio Vargas, 810, tendo em vista fatos ocorridos sistematicamente com explosões de bombas de fabricação caseira de potência, como as que ocorreram nos dias 20 e 26 de maio próximo passado, entre às 19:30 e 20:30 horas, ocasionando elevados danos materiais, como também susto e apreensão generalizados por que passam alunos e professores do referido estabelecimento.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, aos Srs. Secretários da Agricultura, da Indústria e Comércio e das Finanças, e aos Srs. Ministros da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda, no sentido de providências ao apelo formulado pela Cooperativa Agrícola Mista de Ponta Grossa LTDA. — COOPAGRÍCOLA, conforme telex anexo, onde relata a situação dramática em que se encontra a agricultura dos Campos Gerais seriamente prejudicada em face das das intempéries climáticas que vêm assolando o Paraná desde meados de 82, acentuada ainda mais com as diversas medidas adotadas no setor agrícola, o que vem repercutindo diretamente na estrutura econômica das Cooperativas e, conseqüentemente, na economia e sociedade paranaenses.

Outrossim, requer seja consignado em ata desta Assembléia, o teor deste requerimento, bem como do telex anexo.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

Fundamenta-se nossa proposição, no apelo formulado pela Cooperativa Agrícola Mista de Ponta Grossa - COOPAGRÍCOLA, cujo relato retrata a dramática situação em que se encontra a região dos Campos Gerais, sofrendo as Cooperativas locais, a exemplo das demais existentes no Estado, uma evidente descapitalização, empobrecimento do pequeno produtor e o endividamento em alta escala, do médio e grandes produtores, levando, como conseqüência, a sociedade ruralista ao desespero e à intranquilidade, além de gerar o desestímulo à continuidade das suas atividades agrícolas em maior escala.

Diante de tais fatos, e antevidendo conseqüências mais mais sérias para a economia paranaense, é que solicitamos por

parte das autoridades competentes, providências no sentido de viabilizar recursos que virão garantir a manutenção e continuidade das atividades agrícolas a nível estadual e nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER após ouvido o duto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Olímpio de Paula Xavier, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando se digne determinar à EMOPAR — Empresa Paranaense de Obras Públicas, as providências necessárias para que se proceda um levantamento e conseqüente reparação dos danos causados pelas últimas chuvas e vendavais, no Ginásio Estadual João Zacco Paraná e suas extensões, bem como no Ginásio Estadual do Distrito de São Valério, todos no Município de Planalto, no sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento geral, o Município de Planalto, a exemplo de muitos outros, foi atingido, dias atrás, por um violento vendaval, que destelhou e destruiu parcialmente os prédios das escolas acima referidas, as quais, até hoje, vêm sofrendo estragos de alta monta, em face às constantes chuvas que continuam a cair.

Aliás, com a falta de telhados, os prejuízos estão aumentando, pois além do apodrecimento das paredes, estão sendo destruídos móveis e utensílios, inclusive os livros das bibliotecas escolares.

Urge, portanto, sejam tomadas as providências no sentido de proceder à reparação dessas escolas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Presidente da Fundação Hospitalar Caetano Munhoz da Rocha, através da Secretaria de Estado da Saúde, pedindo informações, solicitando resposta aos seguintes quesitos:

1. Se o titular da Coordenação de Medicamentos Básicos, subordinada àquela Fundação é Bioquímico, e em caso de resposta negativa, qual o dispositivo legal em que permite que cargo de tal natureza deixe de ser ocupado por profissional especializado em Farmácia e Bioquímica;

2. Qual o cargo ocupado pelo atual Coordenador do CEME, na administração anterior?

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência a Sra. Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a formalização de convênio entre o Município de Tibagi e a FUNDEPAR, visando a construção das seguintes escolas:

1) SAPÉ, no Distrito de Ventania, com duas salas de aula, para atendimento de 68 alunos; b) CAMPINA ALTA, com atendimento previsto a 32 alunos (já existindo entendimentos com a FUNDEPAR a respeito) e c) GUARTELÂ, também com uma sala para atendimento de 46 alunos.

Tal solicitação se faz necessária por causa do aumento da população estudantil do município, e sendo que as salas de

aula existentes não mais abrigam com a devida eficiência o atual número de estudantes.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido de que o mesmo solicite à SANEPAR, a colocação na Programação da Entidade, o Serviço de Esgotos no Município de Salto do Itararé.

Solicito que este pedido seja analisado com o maior carinho possível, em virtude da grande necessidade que o mesmo requer.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, para que o mesmo solicite à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, a Liberação de um Termo Aditivo para término da construção do posto de saúde no Município de Salto do Itararé, o qual está sendo construído em convênio com a Fundação e dependendo única e exclusivamente desta liberação para o seu término.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe conferem o Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Danilo Venturini, DD. Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários do Governo Federal, no sentido de estabelecer providências diversas para a implantação do Parque Marumbi, repassando verbas ao Governo do Paraná, a fim de agilizar os processos de desapropriação e custear a implantação do referido Parque, além da determinação a diversos órgãos do Governo Federal para, com agressividade, colaborar com o Governo do Paraná, na referida implantação, como, igualmente, ações conjuntas para a relocação de cerca de 500 famílias residentes na área do parque mencionado, podendo-se estabelecer convênios para esse fim.

Outrossim, requer sejam enviadas cópias do presente requerimento às seguintes autoridades: Excelentíssimos Srs. Antônio Delfin Neto, DD. Ministro do Planejamento; João Leitão de Abreu, DD. Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Mário David Andreazza, DD. Ministro do Interior; General Alcindo Pereira Gonçalves, DD. Delegado Regional do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal — IBDF; Claus Magno Germer, DD. Secretário de Estado da Agricultura; João Bonifácio Cabral Jr., DD. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná - ITC; João José Bigarella, DD. Presidente da Associação de Defesa e Educação Ambiental — ADEA.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

Mais do que em qualquer outra região do Estado, a racionalização do uso do território, na Serra do Mar, depende de sua preservação.

A vegetação que recobre as íngremes encostas da Serra, nem mesmo é capaz de proteger as rochas contra as intempéries do clima. Deslizamentos naturais são freqüentes. O potencial erosivo é elevadíssimo. A devastação acarreta conseqüências seríssimas. Casos como a Serra dos Araras, Caraguatituba e mais recentemente Tubarão, onde, literalmente as encostas da Serra vieram abaixo com grandes prejuízos materiais e perdas de vidas humanas, não devem se repetir.

Não apenas os moradores locais serão afetados pela devastação da Serra. A comunidade paranaense, toda ela, será atingida.

Os custos da degradação da Serra do Mar são sociais. Toda a economia do nosso Estado será abalada.

Trata-se de preservar o Porto de Paranaguá, peça básica da nossa estrutura econômica.

Trata-se da manutenção do nosso único corredor de exportação, da manutenção da ferrovia e rodovias que coram cortam a Serra do Mar, do oleoduto também.

Trata-se de proteger mananciais d'água da grande Curitiba e cidades do litoral.

Trata-se da viabilidade de nossos balneários e do bem estar da nossa população.

Trata-se da manutenção da piscosidade de nossa baía e das atividades econômicas ligadas à pesca.

Trata-se da proteção à usina hidrelétrica "Parigot de Souza", encravada no seio da Serra.

Por outro lado, a preservação da Serra do Mar e a implantação do Parque Marumbi apresenta custo social reduzido.

O Parque Marumbi representa um passo à estabilização de nossa economia, cujas conseqüências serão sentidas até mesmo além das fronteiras nacionais. O Paraguai também depende do corredor de exportações.

A preservação da Serra do Mar é uma necessidade inadiável da Comunidade Nacional. O Parque Marumbi é um compromisso do Estado para com a Nação. Cabe ao Estado zelar pela coisa pública preservando o interesse coletivo. A prescrição dos decretos desapropriatórios do Parque Marumbi é herança que terá de ser equacionada pelo Governo.

O atendimento ao presente requerimento procura, assim, atender a esse objetivo de elevada importância social e econômica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. Erasmo Garanhão, nos custos relativos a extensões de energia elétrica nas comunidades, ou a simples diminuição de seus custos às prefeituras.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe conferem o Regimento Interno, REQUER ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Deputado Federal Aroldo Moletta, DD. Coordenador da Bancada do PMDB no Congresso Nacional e ao Excelentíssimo Sr. Antônio Mazurek, DD. Coordenador da Bancada do PDS no Congresso Nacional, no sentido de que pelos meios convenientes, adotem ações diversas a fim de sensibilizar o Governo Federal visando repassar verbas federais ao Governo do Paraná necessárias às desapropriações das terras do referido Parque e sua efetiva implantação como também para a fixação, em outras

áreas, das famílias residentes nas terras do referido Parque, podendo-se estabelecer convênios entre o Governo Federal e o Governo Estadual, para esse fim.

Outrossim, requer sejam enviadas cópias do presente requerimento, às seguintes autoridades:

Excelentíssimo Sr. José Richa, DD. Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Sr. Claus Magno Germer, DD. Secretário de Estado da Agricultura;

Excelentíssimo Sr. João Bonifácio Cabral Júnior, DD. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia;

Excelentíssimo Sr. João José Bigarella, DD. Presidente da Associação de Defesa e Educação Ambiental.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Uma das conseqüências do pacote econômico imposto pelo Governo Federal foi a majoração dos preços dos derivados de petróleo.

Dizem os assessores do Governo Federal que essa alta nos derivados do petróleo, será parte da retirada de subsídios ao consumidor. E que as maiores altas virão, até que, de pacote em pacote acabaremos empacotados, como bem disse o ex-Ministro Karlos Rischbieter.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que se faça idéia, um exemplo. O gás de cozinha é cobrado hoje a 99 cruzeiros o quilo do povo brasileiro. Dizem os empacotadores, que seu preço real seria 220 cruzeiros.

O assunto que nos trás à tribuna, Srs. Deputados, não é pacote nem embrulho, mas a intenção de convocar a consciência desta Casa e de autoridades para as quais solicitaremos, ao final, o envio de cópia deste pronunciamento, para uma outra questão de relevância permanente para a crise brasileira.

A questão do petróleo.

Neste mês de maio findo, a PETROBRÁS bateu seu recorde de extração. Foram 325.830 barris por dia. Segunda-feira, a empresa anunciou a descoberta de nova jazida, na Bacia de Campos, com vazão de mais 2.000 barris. Em agosto, a produção nacional de petróleo continuará aumentando, com operações de três poços de Namorado 1, com mais 14 mil barris diários. Até o final do ano, espera a PETROBRÁS que sua média diária suba para 400 mil barris, com entrada em operação das plataformas de Enchoca e Charne 2. Mas o mais importante é o seguinte. Mesmo com aumento da produção nacional, a PETROBRÁS afirma que também as nossas reservas se vêm elevando, graças a novas descobertas das bacias de Campos e Potiguar.

E é este o tema do alerta e da denúncia que queremos hoje lançar. E para o qual contamos com o apoio unânime desta Casa, dos Deputados de ambas as bancadas, por acreditarmos que defendemos um nacionalismo realista e patriótico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos voltar ao ano de 1975.

Foi quando toda a Nação se surpreendeu com o anúncio de que o ex-Presidente Ernesto Geisel havia rompido o monopólio estatal do petróleo. Aquele presidente autorizara os chamados "contratos de serviços com cláusula de risco", permitindo a prospecção de petróleo para quaisquer empresas em todo o território nacional. Afirmaram fontes oficiais que, com o ingresso de capitais estrangeiros, de tecnologia experiente e farta, o petróleo brasileiro iria jorrar em abundância. Diziam os homens do Presidente Geisel, que nesta crise de petróleo que abala a economia brasileira, seria um luxo prescindir da contribuição desses capitais, em nome de um monopólio passionista e superado.

Pois bem, oito anos se passaram desde 1975, e hoje, as empresas multinacionais operam 86,4 por cento das áreas sedimentares brasileiras. A PETROBRÁS teve que se contentar com 13,6 por cento dessas áreas, e o que nós presenciávamos? A PETROBRÁS continua descobrindo petróleo. E as milagrosas multinacionais não extraíram sequer uma gota de óleo, malgrado seus vultosos capitais, apesar de toda sua decantada e modernosa tecnologia.

Com a projeção desses oito anos de inoperância das empresas que detêm 120 províncias, embora pagando pelos contratos de risco, pode-se aventar uma hipótese. Na verdade, quando se quebrou o monopólio da PETROBRÁS, impediu-se essa empresa de prospectar na fase em que a descoberta de petróleo lhe seria mais lucrativa e crucialmente importante para o País. E abriu-se oportunidade para que empresas multinacionais defendessem seus interesses, sob duas formas: a primeira, impedindo possíveis descobertas abundantes, que fizessem do Brasil hoje um grande exportador, provando com isso uma queda de preços no mercado internacional. A segunda forma de proteger seus interesses, para essas empresas — que comandam o negócio do petróleo no mundo inteiro — seria garantirem-se reservas futuras, para iniciar sua participação real na extração do petróleo brasileiro quando assim ditassem os seus próprios negócios. As chamadas “sete grandes” do petróleo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são notoriamente poderosas o suficiente para desestabilizar regimes, deflagrar guerras, e possuem em conjunto de seus balanços, receitas bem superiores do que este depauperado Brasil.

Esta é uma questão onde dúvidas não deveriam jamais existir. Especialmente dúvidas como esta que suscitamos hoje. As Forças Armadas brasileiras deram sustentação à segurança do Estado durante estes governos pós-1964. E foi sob tal proteção que o rompimento do monopólio estatal do petróleo foi possível, contidas que estavam as vozes que se rebelariam nos parlamentos ou na imprensa. Hoje, essa oficialidade brasileira, notoriamente nacionalista e preocupada com a situação estratégica, econômica e social do Brasil, deve indagar-se.

Passados oito anos sem que as multinacionais tenham descoberto uma só gota de petróleo com possibilidade de produção comercial, valeu a pena haver quebrado o monopólio?

Essa pergunta fica ainda mais intrigante se cotejada com os dados divulgados pela PETROBRÁS que, mesmo operando em áreas restritas, prossegue levantando novas reservas de produção comercial.

Teria o Brasil sido loteado como reserva futura de grandes empresas petrolíferas?

Pode ser esta uma hipótese visionária, descabida, talvez até mal informada. Mas é uma preocupação válida, nacionalista, patriótica. Tendo em vista que tais empresas não cumpriram o trabalho que delas se esperou, por que não revogar esses tais contratos de risco? Se nenhum petróleo descobriram, tendo tanto território por prospectar, em longos oito anos, por que mantêm elas vigentes esses contratos?

A questão do petróleo brasileiro, Srs., é antiga, e as cobiças internacionais se manifestaram em várias oportunidades históricas.

Quem não lembra a ironia de Monteiro Lobato quando acusava um Deus maldoso de ter distribuído petróleo por TODOS os países fronteiriços com o Brasil e respeitou milimetricamente as nossas fronteiras políticas para não por aqui petróleo nenhum?

Quem não lembra as graves denúncias de Gondim da Fonseca, contando como surgimentos espontâneos de petróleo foram escondidos até por órgãos do governo para dizer que no Brasil não há petróleo?

Quem não sabe da relevância de conquista de auto-determinação que foi a promulgação da lei que criou a PETROBRÁS como detentora de um monopólio estatal, barrando as pretensões das multinacionais que não possuem outro ideal se não o lucro?

A ineficiência dos contratos de serviço com cláusula de risco autorizam o Governo Brasileiro a rescindir esses documentos e rever sua política para o setor. Nem que seja para afastar as suspeitas de que nosso petróleo não está sendo prospectado, porém contido, neste momento grave, o mais grave da história econômica do País.

Para que essa questão possa repercutir e ser meditada, Srs. Deputados, como uma proposição levantada pela Assembléia Legislativa do Paraná como um Poder e não pela voz de um Deputado, formulo o seguinte requerimento:

O Deputado adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhada cópia deste pronunciamento e dos apartes recebidos, como manifestação oficial da Assembléia Legislativa do Paraná, aos Excelentíssimos Srs. Presidente da República, Ministros das Minas e Energia e da Secretaria de Planejamento, Ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, Presidente da PETROBRÁS e do Conselho Nacional do Petróleo, bem assim às lideranças de todos os partidos nas duas Casas do Congresso Nacional e aos membros da bancada do Paraná na Câmara Federal e no Senado da República.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, do documento-manifesto originado por ocasião dos Encontros de Trabalhadores Rurais dos respectivos Sindicatos que compõem a Micro-Região 5, Vale do Ivaí, no dia 25 de maio, Dia Nacional do Trabalhador Rural.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do editorial do Jornal “Gazeta do Povo”, edição de 09/06/83, sob o título “Semestralidade para os Funcionários”.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI e CAÍTO QUINTANA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 75/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a A ASSOCIAÇÃO GNÓSTICA DE ESTUDOS FILOSÓFICOS, CIENTÍFICOS E CULTURAIS, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de

Pessoas Jurídicas sob o n.º 7245, do Livro A-5, datado de 04 de agosto de 1981, do Primeiro Registro de Títulos e Documentos de Curitiba e tem por objetivo entre outros, de defender o pensamento filosófico, científico e cultural, através de estudos e debates.

O estatuto da referida entidade, em seu Art. 1.º, § 1.º, dispõe que a mesma não tem fins lucrativos e que os seus dirigentes não serão remunerados, estando portanto em condições de ser declarada de utilidade pública, conforme exigência da Lei n.º 6944, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

Face ao exposto, solicito aos nobres Pares que se dê o devido apoio à nossa iniciativa e posteriormente sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADAHIL SPRENGER PASSOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada tivemos a honra de comparecer à Escola Romário Martins em Piraquara, a convite da direção desse estabelecimento de ensino, para proferir uma palestra aos estudantes de segundo grau desse estabelecimento.

E o convite se prendeu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo fato de que sistematicamente estão ocorrendo naquele estabelecimento o arremesso de bombas de fabricação caseira, que tem trazido, além dos estragos materiais ao referido estabelecimento, tem trazido aos professores, aos estudantes e à própria comunidade daquela cidade, bastante inquietação.

E lá estivemos para conversar com os estudantes porque para a direção da escola e para os professores parece que os responsáveis por estes atos de violência são estudantes do próprio estabelecimento.

Veja Vossa Excelência a situação que a sociedade paranaense e brasileira estão atingindo em que a própria juventude, a própria adolescência, a própria mocidade, perdendo a fé e a esperança no seu futuro, estão naturalmente partindo para atos atentatórios à tranquilidade da própria sociedade.

E a nossa presença lá foi justamente procurar fazer com que o jovem, fazer com que o educando daquele estabelecimento voltasse a ter fé, voltasse a ter confiança, voltasse a ter esperança.

Confiança nas nossas instituições e esperança em dias melhores.

Esperamos ter alcançado nem que seja uma pequena patte deste objetivo.

Lá ficamos até às 11:30 da noite, conversando com os acadêmicos, conversando sobre a problemática dos tóxicos, problemática da educação sexual, a problemática da realidade econômica social e política da nossa terra.

Esperamos ter contribuído para que os eventos deixem de existir, mas, por outro lado, Sr. Presidente, encaminhamos à consideração desta Casa dois requerimentos.

Um, dirigido à Secretaria de Educação e Cultura e à FUNDEPAR, a fim de que tomem providências urgentes para sejam corrigidos e sanados os estragos ocorridos no prédio da Escola Estadual Romário Martins.

Por outro lado, também fizemos uma proposição que espero seja encaminhada à Secretaria de Segurança Pública visando a colocação ou a implantação de um serviço de ronda policial, à noite, junto àquele estabelecimento de ensino, e isso nós o fizemos porque nem a Delegacia Policial de Piraquara e

nem tampouco o Módulo Policial existente em Pinhais, junto ao Shopping Center de Pinhais, atenderam nas vezes em que ocorreu o fato aqui mencionado, não atenderam as solicitações da direção da escola para poder verificar inclusive os restos da bomba a fim de poder processar os estudos técnicos para descobrir os autores dos atentados. Fica aqui este registro, Sr. Presidente, para que nós possamos inclusive dirimir este grave problema que está atingindo a mocidade de nossa terra. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Edgar Pimentel,

O SR. EDGAR PIMENTEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo, mais uma vez, a tribuna desta Casa para antever um problema muito sério que haverá de ocorrer caso medidas não sejam tomadas com urgência a respeito do milho, que é o produto essencial à fabricação de ração para suínos, bovinos e aves.

(Lendo): “São das mais sombrias as perspectivas da produção do milho na safra do corrente ano. As incessantes chuvas já causaram significativas quebras nessa importante cultura de nosso Estado, comprometendo não apenas a quantidade mas, também, a qualidade do produto. A previsão inicial do IBGE e da Secretaria da Agricultura era da ordem de 5.958.000 toneladas a 5.900.000 toneladas, deverá sofrer sensível queda diante dos efeitos climáticos adversos, já que os plantios tardios de janeiro e fevereiro, notadamente da região Oeste do Paraná em estágio de embonhecimento e granação, são os que mais estão sendo castigados pelas águas

O estoque remanescente em poder do Governo — adquirido ao produtor em forma de AGF — de aproximadamente 750 mil toneladas, é insuficiente para atender ao programa de exportação. Segundo informação datada de ontem, emitida pela AGPAR, as quantidades já removidas pela Comissão de Financiamento à Produção - CFP, para outros Estados em janeiro, aliadas à indefinição da safra 83, que seguramente será bem menor, prognosticam sérios problemas de abastecimento aqui no Paraná.

A frequência das chuvas determinam que a colheita se arraste lentamente e comprometa, ainda, o escoamento face às precárias condições das estradas. Acrescente-se a isso a elevada demanda exercida por compradores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esse preocupante quadro, Sr. Presidente, já foi objeto de pronunciamento anterior que fizemos desta tribuna, ao solicitamos — com apoio unânime desta Casa — que a Comissão de Financiamento à Produção, através de sua agência em nosso Estado, permita às cooperativas recompra do milho entregue ao Governo sob a forma de AGF, se isto não acontecer, fatalmente faltarão suprimentos para atender o fabrico das rações empregadas na avicultura na suinocultura e, principalmente, no setor leiteiro o que acarretará inevitáveis elevações dos preços finais ao consumidor.

Impõe-se, portanto, imediatas e hábeis providências para evitar o colapso, que se vislumbra iminente, dos estoques de milho no Paraná. Além da medida que já propusemos será também necessária a remoção de milho de outras unidades da Federação para o nosso Estado, alternativa que é defendida pela AGPAR. E que seja evitada, a qualquer custo, pelo menos até o mês de agosto próximo, de toda e qualquer venda ou transferência de milho para outros Estados exceção das quantidades anteriormente comprometidas com o programa de exportação.

Encerrando, Sr. Presidente, solicitamos da Mesa desta Casa o envio de veemente apelo às autoridades do Ministério da

Agricultura e da área econômica, bem como as lideranças das bancadas dos partidos políticos representativo de nosso Estado no Congresso Nacional, para que o Governo Federal adote as medidas que melhor consultem os interesses da economia agrícola paranaense, duramente castigada pelas intermináveis chuvas. E que dentro do elenco das providências a serem adotadas inclua-se, com prioridade, o problema do milho, que não poderá faltar — e irá faltar certamente, se medidas não forem ajustadas, com a maior urgência, em favor da contenção, neste Estado do milho necessário — especialmente ao consumo interno deste Estado para produção de rações para aves, bovinos e suínos.”

O SR. PRESIDENTE -- Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel. -- (Ausente)

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel, quarto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sob o título “Situação Dramática na Agricultura dos Campos Gerais”, recebemos no dia de ontem, através de serviço de telex desta Casa, e de parte da Cooperativa Agrícola Mista de Ponta Grossa Ltda., consubstanciado relatório que descreve a realidade do setor naquela região do Paraná.

Por iniciativa da direção daquela Cooperativa, na pessoa do Sre Presidente, Sr. João Maria Castro Gomes, o referido relatório apresenta de forma bastante objetiva, aspectos de ordem técnica, econômica e climática com as quais se debatem os produtores agrícolas da região dos Campos Gerais, e que explicam os motivos e o porque da produção agrícola severamente prejudicada no último ano.

A Cooperativa Agrícola Mista de Ponta Grossa Ltda., atua na região dos Campos Gerais, com recebimento da produção agrícola, com venda dessa produção agrícola, e com venda de insumos, atendendo a 1.837 agricultores, entre mini, pequenos médios e grandes produtores.

Oferece o relatório em questão, uma visão detalhada das culturas desenvolvidas pelos agricultores na área de influência da Cooperativa Mista de Ponta Grossa, tanto no que se refere aos diferentes tipos e variedades de cultura de inverno e de verão, quanto às informações pertinentes à previsão de produção em tonelada e a produção obtida em toneladas e a conseqüente redução, em virtude dos fatores envolvidos, no confronto entre o esperado e o conseguido.

Dá-nos a conhecer a ocorrência de uma perda média de 40,52% nas culturas de inverno e de 38,17% nas culturas de verão, sendo que esta perda poderá ainda ser maior, se não conseguirem aqueles agricultores colher o restante das áreas das culturas de milho e soja.

Quanto à ocorrência anormal de chuvas, aponta o referido relatório, a média mensal de precipitação excessiva nos municípios de Ipiranga, Palmeira, Tibagi e Ponta Grossa, que aliada a outros fatores climáticos, contribuiu acentuadamente para essa grande redução na produção agrícola, revertendo expectativas e provocando desinteresse no setor atingido.

Outro ponto abordado e que está a merecer imediatas atenções das autoridades governamentais competentes, diz respeito ao apelo repetido dos agricultores e que denuncia a descapitalização das atividades agrícolas.

Além dos problemas conjunturais encarregados, em particular pelas condições climáticas adversas, acrescente-se os problemas estruturais, como vem sendo tratado esse importante setor da economia nacional, como, por exemplo, o fato dos agricultores virem perdendo, acentuadamente, nos últimos anos, a capacidade

de troca na relação entre os preços dos produtos agrícolas e os bens empregados na produção.

Assim, necessita o agricultor vender, cada vez mais, maior volume de produção para aquisição de determinado item. Isto caracteriza que a evolução dos preços dos produtos agrícolas não acompanha a evolução dos preços dos insumos e das máquinas utilizadas.

Some-se, também, as medidas econômicas adotadas para o setor no momento atual, e que atingindo o produtor agrícola em um processo de descapitalização, impõe-lhe a necessidade de recorrer a sua Cooperativa, aumentando a sua conta corrente e contribuindo para uma marcha batida da inviabilidade econômica e financeira que ronda a própria instituição, que não tem como suportar tão imensa carga como ora vem ocorrendo.

Clamam, as portanto, Lideranças cooperativistas, às autoridades constituídas, providências no sentido de viabilizar recursos para manutenção das atividades agrícolas, contribuindo para orestabelecimento da tranquilidade e do entusiasmo da sociedade ruralista, e estimulando a continuidade dessas atividades agrícolas em larga escala.

Desta forma, fazendo coro a este apelo, estamos encaminhando requerimento dando ciência desta denúncia a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, a Secretários da área competente, bem como a Sua Excelência, o Ministro da Agricultura.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Viemos a esta tribuna para homenagear três empresários paranaenses que, nesta época de dificuldades para a economia estadual e nacional num período em que beiramos à recessão — se distinguem no cenário estadual no seu esforço pela elevação das exportações, que trazem mais divisas para o nosso País e reduzem a nossa dependência externa.

Tage Karlsson Diretor Superintendente da Volvo do Brasil, Horácio Coimbra, da Companhia Cacique de Café Solúvel, e José Cassiano dos Reis, Presidente da COCAP, premiados com os diplomas do “Mérito de Exportação Paraná 83”, outorgados pelo Instituto Brasileiro de Publicações Promotoras de Exportação e pelo jornal “Latin American Daily Post”. O que encerra apenas o reconhecimento pelo trabalho que estes executivos vêm desenvolvendo em prol da expansão do nosso comércio exterior; ramo que exige muita astúcia e iniciativa, além da coragem, do empresário.

Por outro lado, gostaríamos de nos solidarizar com o nosso embaixador da exportação, o Embaixador Paulo de Tarso de Lima, chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, pelas suas declarações — durante a cerimônia de entrega dos prêmios aos exportadores — em defesa do Governo Federal, depois que este foi atacado solertamente por Gilberto Huber, que há decênios vem explorando as Listas Telefônicas Brasileiras, beneficiado por duvidosos contratos com órgãos governamentais.

Sempre pendurado por seus papagaios no Banco do Brasil, e já procesado pela TELESP por chantagem Hubert tentou ontem um novo ato contra o Governo brasileiro e contra os interesses nacionais.

Falando mal, mas muito mal mesmo, a língua brasileira, com um sotaque carregado, ele caracterizou seu discurso — naquela solenidade — no ataque ao centralismo do governo, ao caráter estatizante e xenofobia da política externa das autoridades federais. Foi mordaz e irônico; a e ironia maior se devia ao seu sotaque.

Ninguém entendeu o discurso, que terminou num vácuo.

Outros oradores foram ouvidos, todos abordando assuntos pertinentes à reunião. Mas ao final, falou o Embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima, e colocou as coisas em seus devidos lugares.

Primeiro, ressaltou os méritos dos homenageados — Tage Karlsson, Horácio Coimbra e também de Cassiano Gomes dos Reis; e em seguida, sem perder sua linha moderada de comportamento, repeliu com veemência as acusações e restrições do Senhor Gilberto Hubert à conduta do Governo brasileiro.

“Aceito críticas ao meu governo — disse Paulo de Tarso quando procedentes, para debatê-las. Mas críticas sem base, formuladas com este sotaque estranho, principalmente quando acusa o Governo de xenófobo, não as aceito, sobretudo ainda quando originárias de pessoas titulares de empresas penhoradas ao Banco do Brasil”, concluiu o Embaixador. Queremos, aqui, endossar suas palavras e repudiar as declarações de Hubert.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não aceitamos que estrangeiros que exploram a economia do nosso País, venham nos dar lições de moral, venham pregar sistemática no campo econômico-financeiro, criticar o Governo, quando lhe faltam condições morais para isso.

Esta é a nossa posição, este é o nosso protesto, à conduta inaceitável de Gilberto Hubert, que ontem teve a infelicidade de fazer críticas ao Governo Federal mas que, por outro lado, tivemos, na pessoa do Embaixador Paulo de Tarso, um defensor intransigente da nossa soberania.”

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Senhor Deputado Caito Quintana.

O SR. CAITO QUINTANA — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo brevemente a tribuna para analisar após o efeito de chuvas e vendavais que varreram o Paraná, os problemas que afetaram os diversos municípios. O Município de Planalto, na fronteira Sudoeste do Paraná, além de ter sofrido com as chuvas e com as enchentes, foi violentamente castigado por um vendaval que destruiu prédios, casas, escolas, criando caos administrativo naquela localidade.

Acreditamos nas prioridades a serem restauradas quanto às coisas mais perecíveis que necessitam ser socorridas.

Infelizmente, naquele município, possuindo um excelente colégio estadual, dotado de equipamento fornecido pelo Estado, de uma excelente biblioteca pública, esse colégio destelhado continua até hoje a sofrer com as curvas que caem constantemente sobre a região.

Máquinas, móveis, utensílios e a própria biblioteca do colégio está sendo lentamente destruída pela falta de cuidado dos seus responsáveis. Falta de cuidado dos seus responsáveis dizemos porque, infelizmente, não ouvimos da direção daquele colégio, nenhuma vez, a tentativa para chamar a atenção sobre o problema e não sentimos deste diretor nenhuma atitude para poder minorar os estragos causados pelo vendaval. Mas se houve falha por parte da direção daquele colégio, não nos omitimos na defesa do patrimônio do Estado, e encaminhando para as autoridades competentes, inclusive na área de segurança, há mais de quinze dias, o decreto de calamidade pública daquele município e o relatório dos estragos com o temporal, até o dia de hoje a EMOPAR não se fez presente para fazer o levantamento dos estragos e corrigir, preservando aquilo que é patrimônio público.

Na tarde de ontem tentamos contato e não fomos bem sucedidos, motivo pelo qual, usando do direito que nos confere este Parlamento, estamos enviando, no dia de hoje, requerimento à Secretaria de Educação para que a EMOPAR proceda com a

máxima brevidade, os reparos necessários nessas escolas do Estado, no Município de Planalto, que estão sendo destruídas pela intempérie.

Basta, nesta tarde, um simples alerta para as providências que se não tomadas, cobraremos aqui desta tribuna, pois entendem que o patrimônio público deve ser respeitado, preservado e conservado, o patrimônio público pertence a todos nós e é construído pelo suor de cada um que trabalha e contribui arrecadando para o Estado construir os seus prédios. Não é possível que esses prédios sejam destruídos pela inoperância dos responsáveis, na sua conservação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome dos integrantes da Bancada do PDS, por delegação do Líder, eminente Deputado Luiz Alberto de Oliveira, e em meu próprio, desejo congratular-me com a imprensa do Paraná, por motivo de transcurso do dia dedicado a celebrar a luta pela liberdade de imprensa.

Essa liberdade que se situa para além dos horizontes próprios de cada um e envolve muito mais que opiniões pessoais apenas. A liberdade de imprensa atinge o homem na sua dimensão mais profunda, quer expansão racional, criatividade, desenvolvimento cultural. A liberdade de imprensa traz-nos a questão do equilíbrio entre a pessoa e o Estado, entre o sujeito democrático e o governo ao qual ele delega a promoção do bem comum e, como tal, ao qual se impõe o dever de despertar o senso político de cada um de seus membros.

É nos grato presenciar hoje no Paraná a atuação de jornais que se levantam até mesmo contra a arrogância do poder; deste poder que manipula as verbas oriundas do dinheiro do contribuinte, do dinheiro do povo para realizar “mídias políticas”, numa odiosa discriminação que está a receber a reprovação unânime do povo paranaense. Esse poder que não sabe e não quer aprender a conviver com a liberdade de imprensa, de uma imprensa que exerce a grande missão de vigilância pública, onde a liberdade dignifica também responsabilidade sem perda da perspectiva básica que é permanecer livre.

Temos hoje no Paraná grandes exemplos de veículos de comunicação de massa que estão sendo pressionados por forças governamentais que encaram o trabalho responsável da crítica aos atos do governo a partir de pontos de vistas particulares e, às vezes, egoísta, esquecendo-se de que a liberdade de imprensa é o direito de transmitir livremente qualquer informação e emitir publicamente as suas opiniões, é também um direito de todo o povo. Maus aplicadores do dinheiro, como demonstram aos discriminar nas “mídias oficiais” os veículos de maior penetração na opinião pública paranaense. Esquecem-se os eventuais detentores do poder que a liberdade de pesquisa é o direito de livre acesso às fontes de informação; é um direito amplamente delegado aos veículos de comunicação social, e os jornalistas, cuja atuação está sendo cada vez mais dificultada na administração estadual do Paraná, inclusive sendo demitidos em massa das assessorias de imprensa, representam o público no acesso às informações.

Os jornalistas paranaenses não aceitam a “liberdade de proibir”, que aliás é a única que existe nos países totalitários. E, felizmente, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, podemos dizer que os jornalistas paranaenses têm consciência de uma grandiosa missão e estão dispostos a encetar essa

nova batalha em favor da liberdade total de opinião e da imprensa.

Como segundo assunto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma das conseqüências do "pacote econômico" imposto pelo Governo Federal, que deve ter sido aprovado na manhã de hoje, foi a majoração dos preços dos derivados do petróleo. Dizem os assessores do Governo Federal que essa alta nos derivados do petróleo será parte da retirada dos subsídios ao consumidor, e que maiores altas virão, até que de pacote em pacote acabaremos "empacotados", como bem disse o ex-Ministro Karlos Richbieter.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, para que se faça uma idéia, um exemplo: o gás de cozinha cobrado hoje a noventa e nove cruzeiros o quilo do povo brasileiro. Dizem os "empacotadores" que seu preço real seria duzentos e vinte cruzeiros.

O assunto que nos traz à tribuna, o principal, não é "pacote" nem "embrulho". Mas é intenção de convocar a consciência desta Casa. Não só desta Casa, mas de autoridades, para as quais solicitaremos, ao final, o envio de cópia deste pronunciamento para uma outra questão de relevância permanente para a crise brasileira: a questão do petróleo.

Neste mês de maio que findou, a PETROBRÁS bateu seu recorde de distração. Foram 325 mil, 830 barris por dia. Segunda-feira a empresa anunciou a descoberta de nova jazida na Bacia de Campos, com vazão de mais de dois mil barris. Em agosto, a produção nacional continuará aumentando, com a operação de três postos de Namorado I, com mais 14 mil barris diários. Até o final do ano espera, a PETROBRÁS, que sua média diária suba para 400 mil barris, com entrada em operação das plataformas de Enchova e Charne II.

Mas o importante é o seguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mesmo com este aumento formidável da produção nacional, a PETROBRÁS afirma que também as nossas reservas vêm se elevando, graças às novas descobertas das Bacias de Campos e Potiguar.

É este, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, para aqueles que realmente se interessam pelos problemas nacionais, pelos problemas que afligem o povo brasileiro, é este o tema do alerta e da denúncia que queremos hoje lançar e, para o qual contamos, se não com o apoio unânime, o apoio ao menos com atenção unânime dos Srs. Deputados desta Casa.

(Pausa) (Conversas em plenário)

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. O assunto embora vindo de um Deputado modesto, está obscuro, é um assunto de grande relevância. Acho que esta Casa ao invés de estar denunciando uso de automóveis de placa oficial aos domingos, aos sábados, aos feriados, acho que esta Casa tem que se importar com assuntos mais sérios. Porque o povo está aí hoje sacrificado. O povo brasileiro hoje acordou mais triste, porque as medidas que o Governo Federal vem tomando contra a economia do povo, já se tornaram insuportáveis. Acho que será necessário que cada um dê sua contribuição, embora modesta, embora não seja até risível por alguns, mas que efetivamente demonstre que os Srs. Deputados estão pelo menos fazendo jus àquilo que recebem, deste já tão sacrificado povo brasileiro.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Estou acompanhando com muita atenção o pronunciamento brilhante de Vossa Excelência, que retrata a sua preocupação com a angustiante situação financeira pela qual atravessa o povo brasileiro e a Nação brasileira. E quero que Vossa Excelência aceite o pedido desta Liderança e de seus companheiros de bancada. Que Vossa Excelência passe a ser, neste momento, o porta-voz da Bancada do PDS ao analisar tamanha profundidade dos

problemas, e sugerir as medidas que Vossa Excelência certamente irá fazer no seu discurso.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a solidariedade.

Eu vinha dizendo que, enquanto a PETROBRÁS está extraíndo 325 mil barris por dia, que vem anunciando ao País todo, que as reservas do solo brasileiro em petróleo, estão se elevando. É para este tema que é o meu alerta e a denúncia que hoje queremos lançar. E para o qual nós contamos com o apoio unânime desta Casa, dos Deputados de ambas as bancadas. Por acreditarmos que defendemos um nacionalismo realista e patriótico.

Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados. Queremos voltar ao ano de 1975. Foi quando toda a Nação se surpreendeu com o anúncio de que o ex-Presidente Ernesto Geisel, havia rompido o monopólio estatal do petróleo. Aquele Presidente autorizara os chamados "contratos de serviços", com cláusula de risco, permitindo a prospecção de petróleo, para qualquer empresa, em todo o território nacional.

Afirmaram as fontes oficiais, naquela oportunidade, que com o ingresso de capitais estrangeiros, de tecnologia experiente e farta, o petróleo brasileiro, iria jorrar em abundância.

Diziam os homens do Presidente Geisel, que nesta crise de petróleo, que abala a economia brasileira; seria um luxo, prescindir da contribuição desses capitais, em nome de um monopólio passionista insuperável.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Oito anos se passaram, desde 1975. Hoje, empresas multinacionais, vejam bem, empresas multinacionais operam 86,4% das áreas sedimentares brasileiras. A PETROBRÁS teve que se contentar com 13,6% dessas áreas. E o que é que a Nação está presenciando? A PETROBRÁS continua descobrindo petróleo. E as milagrosas multinacionais não extraíram sequer uma gota de óleo, malgrado os seus vultosos capitais, apesar de toda a sua decantada e moderna tecnologia. Com a projeção desses oito anos, de inoperância, as empresas que detêm 120 províncias, embora pagando pelos contratos de riscos, pode-se aventar uma hipótese. Pode-se.

Na verdade, quando se quebrou o monopólio da PETROBRÁS impediu-se esta empresa de prospectar, na fase em que a descoberta do Petróleo lhe seria mais lucrativa, e crucialmente importante para o País. Abriu-se então, oportunidade para que empresas multinacionais defendessem seus interesses, sob duas formas: a primeira, impedindo possíveis descobertas abundantes, que fizessem do Brasil hoje um grande comprador, não só auto-suficiente, como possível exportador; provocando com isso uma queda de preços, no mercado internacional.

A segunda forma foi a de proteger seus interesses, para que essas empresas que comandam o negócio, o monopólio do petróleo, no mundo inteiro, como se fosse em sua casa, como todo Brasil tem conhecimento.

Essas empresas que desestabilizam governos, que provocam guerras, que escravizam povos; a forma dessas empresas garantirem-se, protegerem seus interesses, seria garantir reservas futuras, para iniciar sua participação real, na extração do petróleo brasileiro, quando assim ditassem os seus próprios negócios e interesses. São as chamadas "sete irmãs" ou "sete grandes do petróleo".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Essas empresas são notoriamente poderosas e suficientes para desestabilizar regimes, repito, até e deflagrar guerras. Possuem conjuntos de seus balanços, coisa que pouca gente sabe hoje no Brasil. Elas possuem no conjunto de seus balanços receitas muito superiores ao orçamento deste depauperado País.

Esta é uma questão onde dúvidas não deveriam jamais

existir, especialmente, como esta que suscitamos hoje, na qualidade de representante de parcela do povo paranaense.

As Forças Armadas Brasileiras, deram sustentação à segurança de Estado, durante esses governos pós 1964 e foi Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, sob tal proteção, que o rompimento estatal do petróleo foi possível, contidas que estavam as vozes que se rebelariam no Parlamento ou na Imprensa, hoje, essa oficialidade brasileira, integrante de nossas gloriosas Forças Armadas, notoriamente nacionalista e preocupada com a situação estratégica e econômica e social do Brasil, deve indagar-se, passados oito anos, sem que as multinacionais tenham descoberto uma só gota de petróleo com possibilidade de produção comercial. Valeu a pena haver sido quebrado o monopólio estatal do petróleo?

Essa pergunta fica ainda mais intrigante se cotejada com os dados divulgados pela PETROBRÁS, que mesmo operando em áreas restritas, prossegue levantando novas reservas de produção comercial.

Teria o Brasil sido loteado como reserva futura de grandes empresas petrolíferas, pode ser esta uma hipótese visionária de uma obscura deputada, que está praticamente no fim de sua vida e no fim de sua carreira política.

Descabida talvez e até mal informada, mas é uma preocupação válida nacionalista e patriótica, tendo em vista que tais empresas não cumpriram o trabalho que delas se esperou. Por que não revogar esses tais contratos de risco, se nenhum petróleo descobriram, tendo tanto território para prospectar, em largos oito anos, porque mantêm elas vigentes esses contratos danosos ao povo brasileiro?

A questão do petróleo brasileiro, é antiga, Srs. Deputados, e as cobiças internacionais se manifestaram em várias oportunidades históricas.

Quem não lembra a ironia de Monteiro Lobato quando acusava um Deus maldoso de ter distribuído petróleo por TODOS os países fronteiriços com o Brasil e respeitou milimetricamente as nossas fronteiras políticas para não ter por aqui petróleo nenhum?

Quem não lembra as graves denúncias de Gondim da Fonseca, contando como surgimentos espontâneos de petróleos foram escondidos até por órgãos do governo para dizer que no Brasil não há petróleo?

Quem não sabe da relevância de conquista de auto-determinação que foi a promulgação da lei que criou a PETROBRÁS como detentora de um monopólio estatal, barrando as pretensões de multinacionais que não possuem outro ideal se não o lucro? E respeito mais uma vez, a desestabilização de economia de todos os povos para mantê-los escravizados ao seu capital.

A ineficiência dos contratos de serviço com cláusula de risco autorizam o Governo brasileiro a rescindir esses documentos e rever sua política para o setor. Nem que seja para afastar as suspeitas de que nosso petróleo não está sendo prospectado, porém contido, neste momento grave, o mais grave, da história econômica do País. Até por isso, o Governo deveria rescindir esses contratos.

Para que essa questão possa repercutir e ser meditada, Senhores Deputados, como uma proposição levantada pela Assembléia Legislativa do Paraná, como um Poder, e não pela voz de um Deputado, formulo à Casa o seguinte requerimento:

(Lê): "O Deputado adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhada cópia deste pronunciamento, e dos apartes recebidos, como manifestação oficial da Assembléia Legislativa do Paraná, aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministros de Minas e Energia e da Secretaria de Planejamento, Ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, Presidente da PETROBRÁS e do Conselho Nacional do Petróleo,

bem assim às lideranças de todos os partidos nas duas Casas do Congresso Nacional e aos membros da bancada do Paraná na Câmara Federal e no Senado da República.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO"

O Sr. Caito Quintana — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Deputado Erondy Silvério, é com muita alegria que acompanho o seu pronunciamento nesta tarde. Importante, profundo de um assunto de maior relevância da nossa Nação.

Se problemas como estes fossem levantados nos Legislativos despiando os legisladores de cores partidárias, para integrarmos todos à grande corrente nacionalista, eu tenho certeza que a contribuição que poderíamos dar à nossa Pátria seria muito maior.

Realmente, o efeito das multinacionais no controle das potencialidades da nossa Nação, tem sido desastroso.

E por isso que eu registro, nesse aparte, a minha alegria e a minha satisfação em vê-lo nessa tribuna, calmo e sereno, tratando com profundidade um assunto de tamanha importância.

Gostaria imensamente de que a sua proposição contasse com o apoio de toda essa Assembléia, como gostaria também, de que todos os partidos políticos, passassem a engajar-se na grande luta nacionalista para podermos frear a fome constante, o apetite voraz das multinacionais, sobre aquilo que é nosso e que por certo será a independência econômica de nossa Pátria.

Meus parabéns, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço o seu aparte que enriqueceu o nosso pronunciamento, e temos absoluta certeza que o partido a que pertence Vossa Excelência, que teve um papel muito importante na redemocratização do País, eu tenho absoluta certeza que com este pronunciamento, o Partido de Vossa Excelência também fará pronunciamentos idênticos. Precisamos mostrar ao Presidente da República que nós não queremos ser um povo tutelado, que não podemos aceitar passivamente todas as decisões do Poder Central, decisões que hoje nós vemos com o pacote econômico, deixando o povo brasileiro mais empobrecido.

O pacote econômico feito para acabar com o déficit público, mas que o Governo, ao contrário do que fariam as pessoas de bom senso, que quando o seu salário não chega para as despesas no final do mês, procuram cortar as despesas, o Governo brasileiro que é todo o poderoso, que é o senhor absoluto desta Nação de 120 milhões de brasileiros, vai atender as exigências do Fundo Monetário Internacional, vai reduzir o déficit público, mas aumentando sua receita e jamais cortando as despesas, tão fáceis de serem cortadas, porque as mordomias que nós verificamos, que a Nação toda conhece e que tem enraivecido o povo brasileiro, vão continuar. Os Srs. podem ter certeza disso, vão continuar. E é isso que nós lamentamos profundamente.

E é esta luta que nós conclamamos todos os Srs. Deputados, sem cores partidárias, sem revanchismos, sem questões personalistas, mais procurando devolver ao povo aquilo que ele nos deu em 15 de novembro, que foi a confiança do seu voto. Nós recebemos um aval, um voto de confiança do povo, e nós só devolveremos, se abordarmos com profundidade, com serenidade mas com energia, os problemas básicos que estão afetando a economia nacional e infernizando a vida do brasileiro.

Eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Leônidas Chaves — Nobre Deputado Erondy Silvério.

Vossa Excelência como um dos Deputados mais maduros, politicamente, desta Casa, está hoje abordando realmente um assunto de grande profundidade, e que a nós políticos tocou de perto.

Falou Vossa Excelência sobre o problema do petróleo e falou exaustivamente, abordando o olhando por todos os lados.

Vossa Excelência no segundo item, abordou aspectos do pacote econômico e eu diria que, realmente, o Governo desta Nação, preocupado com as grandes dificuldades que assolam este País, em princípio, mostra esta iniciativa, do pacote do Governo Federal, vários aspectos realmente muito positivos.

Eu analisaria um por exemplo, veja Vossa Excelência nobre Deputado, o problema da crise cambial, o Governo ao aumentar o compulsório dos Bancos comerciais, está chamando a si a maior controle da moeda, do câmbio desta Nação. Portanto, afastando imediatamente o perigo de que ele possa realmente perder o controle da posição cambial deste País.

Veja...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu me permitiria só interromper

Vossa Excelência, para dizer que eu discordo desse ponto de vista pelo seguinte: a função primordial da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e dos Ministros da área econômica, seria a redução das taxas de juros, a fim de que houvessem maior investimento e que se debelasse de uma vez por todas, ou se amenizasse o problema do desemprego.

No instante em que se aumenta o compulsório dos Bancos e que se deixa uma faixa menor para os banqueiros operarem, não vai reduzir as taxas de juros.

Eu agradeço.

O Sr. Leônidas Chaves — Nobre Deputado, eu quero concluir meu raciocínio. Os banqueiros não ficarão, em absoluto, com uma faixa menor para operar. Pelo contrário, a tendência do pacote é a liberação daquela imposição que o Banco tinha de aplicação de 60% dos seus depósitos, e também liberar estes mesmos 60%. Portanto, o mercado teria no momento, uma ligação maior de moeda e de dinheiro.

Mas, continuando, o nosso aparte, veja Vossa Excelência: não houve o expurgo do INPC e se houvesse, isto acabaria achatando o salário do trabalhador.

Veja Vossa Excelência a redução do IOF, que realmente é um imposto absurdo, de 0,4 para 0,1 e 1,6%. Veja Vossa Excelência a taxa sobre os bens...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nobre Deputado, se me permite, o Governo reduz a taxa sobre operações financeiras que ele mesmo criou. Quer dizer, então, a experiência foi desastrosa.

O Sr. Leônidas Chaves — Perfeitamente, mas o Governo está reconhecendo...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Ele está procurando corrigir condições que ele mesmo criou.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado.

No horário destinado ao Partido Democrático Social, concedo a palavra ao Sr. Deputado Leônidas Chaves.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Ocupo esta tribuna, para abordar um assunto que está a merecer atenção especial, de parte dos representantes do povo paranaense, por envolver grandes repercussões na ECONOMIA ESTADUAL E DO PAÍS.

Refiro-me especificamente à exploração da cevada no Brasil. E, em particular no Paraná, que representa uma excelente opção como cultura de inverno, à agricultura dos Estados sulinos, por constituir uma alternativa a projetos de agro-industrialização. Pelo emprego do malte (produto que resulta da germinação da semente da cevada) em variados setores

industriais, como a indústria cervejeira; a de transformação de féculas; a farmacêutica e química; a de alimentos; a de rações para animais, pelo alto valor dos subprodutos da cevada e do malte como complemento na nutrição dos nossos rebanhos pecuários, PELO SEU EXPRESSIVO TEOR PROTEICO.

Cabe ressaltar, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, que, embora a cevada seja o QUARTO CEREAL em ordem de importância no mundo, cuja produção é superada apenas pela do trigo, arroz e milho, o seu desenvolvimento no Brasil não tem sido suficiente para prover suas necessidades internas. BASTA MENCIONAR QUE, NOS ÚLTIMOS OITO ANOS, PARTIMOS DE QUATRO MILHÕES E OITOCENTOS MIL DÓLARES, dispendidos em importações de cevada em 1975, PARA CERCA DE TRINTA E DOIS MILHÕES E NOVECIENTOS MIL DÓLARES NO ANO DE 1982. Nesse mesmo período, a evolução da área de plantio e produção de cevada subiu de 23.800 hectares, com uma produção de 25.500 toneladas, em 1975, para 166.000 hectares, como produção de 230.000 toneladas, no ano passado.

Em face da acentuada expansão das importações, O GOVERNO FEDERAL DESENCADEOU MEDIDAS DE APOIO À LAVOURA E AO SEGMENTO INDUSTRIAL, visando ampliar a produção dessa gramínea. Assim é, que o Governo Federal, lançou, a partir de 1976, O 1.º PLANO NACIONAL DE AUTO-SUFICIÊNCIA DE CEVADA E MALTE, encontrando no Paraná a disposição favorável e a adesão imediata da COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA ENTRE RIOS LIMITADA, que, desde o ano de 1972, já tinha praticando as primeiras culturas de cevada NO PLANALTO GUARAPUAVANO.

Apesar desse empenho que se registra no Paraná, a posição que o Brasil ocupa na produção mundial da cevada, é ainda RESIDUAL, cabendo à União Soviética, Canadá, Suíça, Estados Unidos e França, MAIS DE 50% DA OFERTA GLOBAL.

NO PLANO NACIONAL, a cultura vem sendo explorada tradicionalmente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que, em conjunto, respondem por 100% da disponibilidade interna.

Em termos de perspectiva da atividade, como existe um mercado industrial interno AINDA NÃO ABASTECIDO, admite-se que há uma tendência para, a curto prazo, expandir-se a área e produção da cevada no Brasil.

É justo mencionar que a Secretaria da Agricultura do Governo anterior, chamou muito a atenção dos lavradores para o fato de que o Paraná dispõe de clima e solo que lhe permitem explorar uma área superior aos 45 mil hectares cultivados em 1982.

As maiores regiões produtoras no Estado têm sido as DE GUARAPUAVA, Pato Branco, Beltrão, Ponta Grossa e União da Vitória.

Em termos de participação no Paraná na produção nacional, O ESTADO OCUPA O SEGUNDO LUGAR EM ÁREA E PRODUÇÃO. E essa participação pode ser ampliada, se forem fomentadas as áreas disponíveis na microrregião da COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA ENTRE RIOS, num total de 25 mil hectares e mais 25 mil hectares na área disponível adjacente e fomentada pela AGROMALTE, nos municípios de Mangueirinha, Palmas, Clevelândia, Coronel Vivida, Chopinzinho, Laranjeiras do Sul, Pato Branco, Pitanga e Ponta Grossa.

No momento em que o Paraná se confronta com o GRAVE PROBLEMA DO DESEMPREGO, é necessário chamar a atenção das nossas autoridades para atividades que venham gerar novas

oportunidades de trabalho, PRINCIPALMENTE NA ZONA RURAL, evitando-se o êxodo que está gerando o inchamento sistemático das cidades e o conseqüente agravamento dos problemas sociais.

Desejo chamar a atenção dos Senhores Deputados e DAS AUTORIDADES PARANAENSES E FEDERAIS para o fato de que se forem fomentadas as áreas no TOTAL DE 50 MIL HECTARES para plantio de cevada no Paraná, estarão sendo diretamente gerados SEIS MIL EMPREGOS RURAIS. Além de criarmos novos empregos, estaremos aumentando a arrecadação do Estado em mais de DOIS BILHÕES E SEISCENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS, correspondente ao ICM incidente sobre o malte que é de 11%. Além disso, as 100 mil toneladas de cevada que serão produzidas, somente na região Oeste do Paraná liderada por Guarapuava, permitirão ao Brasil economizar mais de OITENTA MILHÕES DE DÓLARES NAS IMPORTAÇÕES DE CEVADA E MALTE, o que representa uma expressiva economia para o País.

Aí, está, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, uma oportunidade que o Brasil não pode desperdiçar e a qual o Governo paranaense, que se defronta com a crise do desemprego no Estado, não pode ficar indiferente.

Não é necessário estimular os produtores.

A PARTIR DE 1980, a cevada teve seu preço mínimo equiparado ao do trigo, pois em 1979, esse preço mínimo correspondia a apenas 75% DO PREÇO DO TRIGO. Essa paridade está mantida ATÉ A SAFRA DE 82, em termos de preço-base. Todavia, em 82 houve tratamento diferenciado no sistema de correção do preço-base. Enquanto o trigo sofria CORREÇÕES MENSAS, tomando-se como base a variação cambial, a cevada era CORRIGIDA ATRAVÉS DO INPC, no período abril a outubro de 82.

Até o momento não foi divulgado o preço básico para a cevada, sendo que a Secretaria da Agricultura, a nosso pedido, já enviou ofício ao Ministério da Agricultura, no sentido da efetivação desse preço, isto em novembro de 82.

O 1.º PLANO NACIONAL DE AUTO-SUFICIÊNCIA DE CEVADA E MALTE, aprovado em 1978, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, previa a implementação de uma série de medidas, visando a produção integral das necessidades internas de cevada e malte. Dentre essas medidas destaca-se a FIXAÇÃO DE PREÇO MÍNIMO PARA A CEVADA E SUA SEMENTE.

É bom acentuar, no que se refere à cevada, que as primeiras amostragens recolhidas pelos técnicos do Ministério da Agricultura indicam a possibilidade de uma ACENTUADA REDUÇÃO NA ÁREA A SER PLANTADA EM 1983, uma vez que os produtores estão ressentido os efeitos das frustrações das safras anteriores principalmente a de 1982, onde o baixo rendimento obtido, por hectare, de 700 quilos, provocou uma acentuada descapitalização.

Com os valores básicos de custeio sendo reajustados no máximo em 80% EM RELAÇÃO À SAFRA PASSADA, e sendo exigida maior contrapartida de recurso por parte do produtor, QUE NÃO OS TEM e TAMPOUCO PODE RECORRER AO MERCADO FINANCEIRO, pois o retorno que a cultura poderá lhe proporcionar NÃO COBRIRÁ AS ELEVADAS TAXAS DE JUROS VIGENTES, pode-se esperar um retrocesso na consolidação da produção de cevada, tão necessária ao País.

Devemos ressaltar que os técnicos paranaenses têm alertado para o fato de que a cultura da cevada não é simplesmente UMA ALTERNATIVA AO PLANTIO DO TRIGO, mas sim um cereal ALTAMENTE EXIGENTE EM TERMOS DE

TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO e com um elevado critério de aferição de qualidade, que muitas vezes condenar volumes da produção, em prejuízo do produtor.

É necessário ressaltar que O REFLEXO AO DESESTÍMULO DO PRODUTOR se concretiza em MAIORES IMPORTAÇÕES DE CEVADA E MALTE, EXAURINDO DIVISAS, APESAR DE POSSÍVEL A AUTO-SUFICIÊNCIA, conforme o plano aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Esse desestímulo, pode gerar uma queda nas receitas da União, Estados e Municípios e também um grande desembolso de divisas, seja na importação de cevada ou na importação do malte.

Assim sendo, Senhor Presidente, e nobres Senhores Deputados, solicito que esta Assembléia envie mensagem AO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, encarecendo a implementação das medidas relativas À FIXAÇÃO DE PREÇO MÍNIMO PARA A CEVADA E SUA SEMENTE, e que o 1.º Plano Nacional de Auto-Suficiência de Cevada e Malte SEJA AMPLIADO para atender as necessidades de aumento de produção dessa graminéa, o que resultará na eficiente contribuição para o esforço brasileiro de economia de divisas. Incremento do mercado interno e geração de novas oportunidades de trabalho no campo, contribuindo dessa forma, para evitar o êxodo rural que hoje consiste numa das graves preocupações da sociedade brasileira, e desafiante problema para as nossas administrações públicas, bastando para isso, olharmos para o cinturão das grandes e médias e até mesmo pequenas cidades que estão a alojar ruralistas oriundos de todos os cantos."

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Eu quero, Deputado Leônidas Chaves, destacar mais uma vez, a sua intervenção, dessatribuna e Vossa Excelência tem, por seguidas vezes, trazido aqui à esta Casa, o apelo de produtores do setor agrícola, e o faz, mais uma vez, na tarde de hoje, trazendo ao conhecimento desta Assembléia Legislativa, as atenções e as medidas que deverão ser tomadas com relação ao privilegiamento da cultura de cevada.

Ainda na tarde de hoje, no início dos trabalhos, usei desta tribuna para trazer a preocupação da Cooperativa Mista de Ponta Grossa, que congrega cerca de 1.800 filiados, e cujo relatório traz, de maneira bem clara e evidente, as preocupações que assolam hoje, o setor.

Nós sabemos que as culturas de inverno têm representado na composição da riqueza econômica do setor, uma parcela complementar, quer dizer, não é uma parcela expressiva na composição desta riqueza. E sabemos que as culturas de inverno são, acima de tudo, culturas que exigem uma tecnologia própria, tecnologia esta que, pela sua própria natureza, está a exigir conhecimentos, domínio da técnica, equipamentos e insumos e, de certa forma, no momento atual, como nada escapa, recursos financeiros para investimento e para manutenção de atividades.

O que nós verificamos, só para ter um exemplo, cito aqui na área de influência da Cooperativa Mista de Ponta Grossa, que envolve, além da cidade de Ponta Grossa, mais os Municípios de Tibagi, Ipiranga e Palmeira, temos uma área de 200 hectares apenas, sendo que a produção, em toneladas, prevista para esta área citada, era de 360 toneladas, e foram obtidas apenas 255 toneladas, numa redução expressiva de quase 30% da produção.

Mas quero, acima de tudo, somar com Vossa Excelência, no sentido de que sejam tomadas medidas realmente concretas, que garantam ao produtor, não só a certeza da colocação do

produto, mas, também, garantam ao produtor, preços mínimos, sem o que não será possível partir novamente em uma preparação de estímulo e de entusiasmo, o nosso produtor, para uma viagem com riscos enormes.

Tenho a certeza de que a sua fala objetiva justamente isso, que se ofereça ao produtor, condições ideais para que realmente ele se lance, de forma decisiva, a desenvolver esse tipo de cultura de inverno, não só porque todo setor industrial específico que trabalha com essa matéria prima está a necessitar desse produtor, mas também, com isto, estará o nosso produtor contribuindo para equilíbrio da balança de pagamentos no que se refere ao produto que deixará de entrar no País, uma vez que a capacidade instalada das nossas indústrias, está a exigir mais do que 50% desta produção.

Portanto, Deputado, receba o meu aplauso, na certeza de que falo aqui em nome de companheiros da região dos Campos Gerais, que por certo, terão nessa sua fala, um novo alento, que poderá levá-los com garantia e com certeza, a desenvolver de forma estimulante, a produção da cevada da minha região.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Perfeitamente. Agradeço a intervenção do nobre Deputado. Nós que representamos basicamente a região dos Campos Gerais, deveremos nos integrar nesse assunto cada vez mais, cada dia mais, para socorrermos o problema do agricultor que hoje está aflito, e à procura de melhores preços e de melhores garantias do Governo.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Leônidas Chaves, o assunto que Vossa Excelência expõe nesta sessão, é de fundamental importância para a economia paranaense e quicá, brasileira. Lamentavelmente, as autoridades econômicas federais, notadamente as da área do desenvolvimento econômico, data vênica, não têm demonstrado a necessária sensibilidade no trato dos problemas que envolvem a cultura da cevada, como se pode observar pela não fixação dos preços mínimos que reclamam os produtores. Já há algum tempo, foram envidados esforços, inclusive temos conhecimento que Vossa Excelência manteve contato, em Brasília, com autoridades da área. Esta Assembléia também já manifestou o seu ponto de vista através de Expedientes aos Ministros de Planejamento e ao Ministro da Agricultura, mas até agora esta Casa, especificamente, não recebeu resposta, ainda.

Por isto a insistência de Vossa Excelência, nesse assunto, notadamente, quando expõe a situação relacionada com a Cooperativa Agrária de Entre Rios Ltda., é inteiramente oportuna e muito valiosa para alertar as autoridades competentes, que vierem a tomar conhecimento desses dados que Vossa Excelência está expondo, nesta tarde.

Associo-me ao Deputado Odeni Mongruel, para apresentar as minhas congratulações, pelo trabalho que ora apresenta, e faço votos que, efetivamente, seja ele compreendido, pelas autoridades competentes.

Muito obrigado.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Eu agradeço, Deputado Losso, uma vez que Vossa Excelência, também, nos ajuda a representar o Município de Guarapuava nesta Assembléia Legislativa.

O Sr. Donato Gulin — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Primeiramente para agradecer o aparte que Vossa Excelência me concedeu, e dizer que o "pacote" saiu hoje às 14:00 horas, e que dentre inúmeras medidas, uma delas foi com relação ao trigo, ao subsídio que o governo dava ao agricultor.

Nós sabemos perfeitamente que o agricultor é um homem descapitalizado, é um homem que realmente está entre a água e a rocha, é aquele que é batido dos dois lados. Ele ara, planta e fica

rezando, para que o bom tempo permita que tenha uma boa produção.

Se a sementeira for boa, aí ele vai esperar um tempo para colher, porque se não tiver tempo bom para colher, ele perde e no final tem que rezar para que o Governo Federal lhe dê um preço mínimo razoável. Agora o Governo lhe tira o subsídio e eu perguntaria: Vossa Excelência acha que o agricultor ainda continuará plantando o trigo? É claro que não. É por isso mesmo, que quando Vossa Excelência vem a esta Casa se pronunciar e falar sobre a cevada, nós já estamos vendo mais longe. Estamos vendo que a cultura do trigo será substituída fatalmente. Mesmo que não tenha o preço mínimo necessário, ela substituirá o trigo, porque a cevada servirá às empresas, às multinacionais e nós sabemos como é que a multinacional trabalha.

Temos o exemplo do fumo, no Sul do Paraná, aonde a Cia. Souza Cruz orienta o plantador, destina homens técnicos preparados para o plantio do fumo, financia a plantação, antecipa dinheiro para a colheita e paga preço razoável. O mesmo vai acontecer com a cevada.

Bom, como é que vai ficar a população com a falta de trigo? Hoje nós importamos esse cereal. Agora vem a retirada do subsídio e vamos plantar menos, vamos colher menos, quer dizer, o Governo Federal terá de importar ainda mais. Fatalmente a cevada irá ocupar todo esse espaço vazio, porque o agricultor também, e nós devemos levar em consideração que ele não é burro, nem bobo. Ele sabe também fazer negócios e irá ao plantio da cevada. Tomara que esse nosso Governo Federal, com esse "pacote", tenha consciência e tenha os resultados que realmente esperava ter com o lançamento dos mesmos, para que a nossa população não venha reclamar ainda mais, e não venha, após o dia de hoje, ter menores possibilidades de comprar, pelo menos o seu pão de cada dia, pois ele é importante na casa de todos nós brasileiros.

Para encerrar, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que veio numa hora tão bem escolhida, no dia do "pacote".

Vossa Excelência levanta um problema, um problema nacional e particularmente um problema do Estado do Paraná, que é um Estado agrícola por excelência, e que traz todos esses rendimentos e esta riqueza ao nosso País.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Eu agradeço, Deputado Donato Gulin.

Senhor Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, ainda no horário da Liderança do PDS, por oito minutos, ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, nesta Casa, para lamentar a renúncia do Presidente da PARANATUR - Empresa Paranaense de Turismo.

O Gornadorve José Richa, ao fazer a escolha dos seus auxiliares diretos, para a PARANATUR, sem dúvida alguma escolheu uma figura que é a expressão maior do empresário no ramo turístico. Foz do Iguaçu e Londrina, receberam de braços abertos, aplaudindo, o Dr. Alceu Velozzo, à frente da PARANATUR. Este homem, que teve também no seu passado, a honra de ter auxiliado o Governador José Richa, ainda quando Prefeito de Londrina, em uma das secretarias daquela municipalidade.

Mas Alceu Velozzo não é um homem afeito a receber ordens contrárias ao seu trabalho e ao seu dinamismo. Alceu Velozzo comunicou ao Governador, que aceitaria a PARANATUR, mas desejava que esta empresa fosse transformada em Secretaria de Estado, conforme pedido que fiz por duas oportunidades nesta Casa, com o apoio das duas bancadas deste Poder.

A PARANATUR representa a "indústria sem chaminé" do nosso Estado: o turismo, que tem rendido divisas aos cofres públicos do Paraná, através da visitação do povo brasileiro porque não dizer, em Foz do Iguaçu, de uma grande gama de pessoas de outras nações. Nós, ao termos aplaudido também o Governador pela escolha de Alceu Velozzo, lamentamos hoje a sua renúncia, e não sabemos o destino desta empresa. Nós pedíamos, reivindicávamos e até solicitávamos ao Deputado Sérgio Spada, representante do Governo na Assembléia Legislativa do Estado, da área que também represento na qualidade de opositor nesta Casa, que fizesse um trabalho, para que a nossa cidade de Foz do Iguaçu, tivesse na PARANATUR, no cargo de Presidente, um homem radicado em Foz do Iguaçu, por ser sem dúvida alguma, aquela cidade a capital paranaense do turismo.

Não logramos êxito, mas para lá foi Alceu Velozzo, um homem empresário do turismo, com hotel em Londrina e em Foz do Iguaçu e na capital paulista. Nós não tínhamos como criticar esta nomeação, porque realmente o Dr. Alceu Velozzo tem raízes plantadas em Foz do Iguaçu, e toda a comunidade que representa a classe hoteleira e a classe dos agentes de viagens, daquela cidade, aplaudiu a sua nomeação.

Hoje, Deputado Sérgio Spada, estamos novamente sem nossa cidade na representatividade da PARANATUR, e eu apelo a Vossa Excelência, como Deputado ligado ao Governador José Richa, que retome este posicionamento, e traga à PARANATUR, uma figura de Foz do Iguaçu. Ontem, recebi diversas ligações daquela nossa cidade, Sérgio Spada, e me citaram alguns nomes, e eu quero declinar um deles aqui neste Plenário: o nome do Sr. Dr. Xenofonte Vila Nuevo, ex-Deputado Estadual por duas legislaturas, médico e empresário do turismo, proprietário em Foz do Iguaçu, do Hotel Panorama e aqui em Curitiba, do Hotel Presidente.

Longe de mim, a intenção de bajular pois nem ligações tenho com o Dr. Xenofonte Vila Nuevo, mas acho que sendo homem do ramo do turismo, empresário, um homem conhecedor, quer seja do seu partido ou dos demais partidos existentes no Paraná. Desejo aplaudir, isto sim, se o Governador José Richa atender uma reivindicação da nossa região, muito especialmente do nosso município de Foz do Iguaçu.

O Sr. Sérgio Spada — Solicito um aparte de Vossa Excelência, Deputado. (Assentimento)

Deputado Tércio Albuquerque, Vossa Excelência é conhecedor de como nós lutamos aqui em Curitiba, junto ao Governo do Estado, para que ocupasse o cargo de Diretor da PARANATUR, um homem de Foz do Iguaçu.

Vossa Excelência também é conhecedor, de que nós para cá trouxemos diversos nomes, inclusive nomes ligados ao turismo. Infelizmente, e esta é a realidade, o nosso Governador achou por bem indicar um nome que fosse de seu melhor relacionamento e esta escolha recaiu no nome do Dr. Alceu Velozzo. Diga-se de passagem, uma pessoa com elevado gabarito, de fácil acesso, inclusive junto à EMBRATUR. Mas, tínhamos o que realmente aconteceu. O Dr. Velozzo talvez não se sujeitaria a sacrificar todos os seus empreendimentos, como empresário, para prejudicar a PARANATUR, nas condições em que ela se encontra hoje.

Foz do Iguaçu, é bom que se diga, é uma cidade que vive, tem que viver, praticamente do turismo, quase que exclusivamente do turismo. Tivemos, Deputado Tércio, Vossa Excelência também é conhecedor — uma má exploração do turismo de Foz do Iguaçu. Inclusive hoje, é comum a confusão que fazem, inclusive os próprios paranaenses aqui de Curitiba, que não sabem se hoje estão inundadas as Sete Quedas ou Cataratas do Iguaçu. Temos muito que fazer por Foz do Iguaçu.

Hoje abriu a possibilidade de, mais uma vez, com a renúncia do Dr. Alceu Velozzo, a possibilidade de reivindicarmos aquilo que achamos justo, um nome de Foz de Foz do Iguaçu, para ocupar este cargo. Sabemos que sua preocupação converge

com a nossa. Ficamos, com isto, satisfeitos. Agradeço o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

Concede-lhe, no entanto, um minuto para concluir.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a participação do Deputado Sérgio Spada, nesta nova fase que a PARANATUR está passando. Queira Deus que o Governador olhe para Foz do Iguaçu e acredite que, desta feita, ele deverá atender o chamamento de nossa cidade.

O Sr. José Antônio Fonseca — O Sr. me dá meio minuto, Deputado Tércio?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Termino as minhas palavras, oferecendo este meio minuto para o Deputado Fonseca, meu grande amigo.

O Sr. José Antônio Fonseca. — Quero só aproveitar a oportunidade para solidarizar-me com Vossa Excelência, juntamente com o Deputado Spada e fazer um apelo para que o Governador José Richa se lembre do Oeste e se lembre agora, desta vez, que Boa Vista de Foz do Iguaçu não existe; que ele se lembre que existe o Oeste, que existe Foz e que existe gente que pode ser Presidente da PARANATUR.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Muito obrigado a Vossa Excelência, ao Deputado Sérgio Spada e ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, por dez minutos.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Registro inicialmente um fato que, na manhã de hoje, na presença dos membros da CPI da Falência dos Municípios, fez o seu depoimento, convidado que foi anteriormente, o Prefeito de Londrina, Wilson Moreira, trazendo dados, informações, contribuindo para o trabalho daquela CPI. Dados e informações que confirmam o estado calamitoso que não só as pequenas Prefeituras do Paraná, mas hoje com o registro da cidade de Londrina, se comprovou que também as cidades de porte médio do Estado, vêm tendo, em relação à sua situação financeira, alimentadas que foram pelo Governo do Estado anterior, através dos seus organismos de funcionamento e de desapoio aos municípios do Paraná.

Faço, em seguida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pronunciamento a respeito de Política Internacional que a meu ver, e acredito que também na opinião de todos os integrantes desta Casa, é um dos assuntos, senão o principal, que deve merecer a atenção de todos os integrantes, representantes do povo nesta Assembléia: o assunto de política internacional.

Nesta tarde, com humildade, em relação ao conhecimento que temos desse tema, queremos nos manifestar a respeito da situação triste e delicada que o povo da Nicarágua, em enfrentando. País aquele, que mantém relações diplomáticas com o nosso; que vem recebendo ajuda financeira, através de abertura de linhas de crédito, neste ano ainda, cerca de 30 milhões, e que recentemente recebeu a indicação do Embaixador da Nicarágua no Brasil, e que de acordo com o nosso pronunciamento, esperamos contribuir para que o Governo brasileiro urgencie a designação de um Embaixador, de nosso País, naquela Nação irmã.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Se não é nova e nem novidade, na história da presença do imperialismo norte-americano, pós dominação espanhola e

portuguesa, em nosso Continente, também não é nova e nem novidade, a situação que, presentemente, está sofrendo e vivendo a Nicarágua.

A presença dos "marines" norte-americanos foi registrada, naquele País, em dois períodos: 1912-1925 e 1926-1933, antes da ditadura cruel e sangrenta de Anastasio Somoza, instalada em 1936 e que foi sustentada pelo mesmo imperialismo (o óbvio), até que os combatentes de César Augusto Sandino entraram vitoriosos nas terras marcadas com as cruzes de milhares de mortos, com a história de massacres e torturas, tropeçando com a miséria social.

Trata-se apenas (e pedimos desculpas aos mortos, torturados e famintos pelo "apenas") de um episódio, por sinal muito longo, dessa dominação, que só tem mudado no registro das datas e dos instrumentos utilizados para a pretendida continuidade dessa dominação, responsável pelos altos índices de flagelo social.

Ontem os "marines", hoje os conselheiros militares, as armas, os mercenários, os ex-membros da Guarda Nacional que sustentavam com torturas e assassinatos a ditadura de Somoza. E ainda mais, utilizando Honduras, o País vizinho, usando ainda como pretexto a ajuda da Nicarágua à guerrilha de El Salvador. Uma guerrilha gerada pela fome, pela exploração e pelos métodos, que os sandinistas aboliram quando apagaram o nome de República Bananeira, que as multinacionais desejam consagrar, sem nenhum respeito à soberania dos países, sejam grandes ou pequenos.

Tinha razão, portanto, e sobrada razão Simon Bolívar, cujo bi-centenário de nascimento se comemora este ano, quando disse em uma carta dirigida a Maurício Campbell, em 05.08.1.829, que "Os Estados Unidos parecem destinados pela Providência para marcar a América de misérias, em nome da liberdade". São palavras tão reais hoje como foram no passado, quando da negativa, por Washington, ao pedido de apoio feito por Bolívar em 1826, para o projeto de uma aliança entre os países da América do Sul. O apoio se daria não nesse sentido mas na prática da exploração através do domínio sócio-econômico e, por extensão, político. Domínio que muda de tática, mas não de estratégia. As armas e os dólares estão à disposição dessa estratégia: as armas, presentemente na América Central e voltadas para a ilha de Cuba, os dólares nas mãos do FMI. Confirma-se a presença das armas com as declarações de um tal comandante Bravo, antigo soldado de Somoza, que constaram de um filme exibido na TV americana no dia 31/03, cujas cenas foram filmadas na fronteira de Honduras com a Nicarágua; confirma-se a presença dos dólares através da carta, não de intenções mas de imposições do FMI ao Brasil, exigindo fome, desemprego, mais lucros para as multinacionais, no rastro da inflação e da recessão.

O Conselho Nacional das Igrejas norte-americanas, reunido na cidade de São Francisco, EEUU, há poucos dias, denuncia o que não é novo mas pretende tornar-se trágico, confirmando a história da América Central, que "durante décadas sustentamos na região governos ditatoriais, intervimos militarmente em vários países e de novo estamos tentando derrubar governos populares".

A opinião pública mundial conhece - e não pode esquecer - a presença genocida dos americanos no Vietnã.

Algumas "ações" que correspondem a esse apoio aos regimes ditatoriais e às intervenções militares, para não irmos a datas e fatos mais remotos, constam de registros recentes. Por exemplo, 1954, segundo conta do livro de David Wise,

"O governo invisível", publicado em 1964, a CIA organizou a serviço da United Fruit Company, o golpe que derrubou o governo progressista de Jacob Aebenz, pouco depois da aprovação da Lei de Reforma Agrária. Este é somente um fato, mas não isolado. Dez anos depois, sofreríamos em nossa própria carne o que significavam, naqueles anos os regimes impostos a Porto Rico, Nicarágua, República Dominicana, etc. E nessa lista de trágicas lembranças o envolvimento do governo brasileiro, em 1965, na intervenção à República Dominicana. Depois viriam o Chile, o Uruguai, a Argentina e a Bolívia, tantas vezes e de cujas intervenções não há fatos, mas há notícias. Mas do Vietnã foram publicadas muitas fotografias... De crianças queimadas pelas bombas de "napalm", fabricadas pela tecnologia americana e lançadas pelos seus soldados.

Assim quando na ordem do dia das lutas populares, um desses países de nosso Continente, de nossa América (em 1959, Cuba), como é o caso da Nicarágua, onde uma revolução popular é vitoriosa, contra uma ditadura sangrenta (Batista e Somoza) e coloca em seu programa os itens da independência econômica e do progresso social, o imperialismo norte-americano se faz presente, através das armas e através dos dólares.

E naquelas ocasiões os trabalhadores e o povo brasileiro estiveram sempre presentes com a sua solidariedade ativa àqueles povos que lutaram - e lutam - pelo seu direito de auto-determinação, de escolher e construir as sociedades que elegeram para viver.

Hoje, é a Nicarágua que coloca diante de nosso povo a necessidade e o dever dessa solidariedade urgente, exigindo que o governo brasileiro não tome nenhuma atitude que não corresponda a essa solidariedade, mas, ao contrário, se pronuncie em favor da auto-determinação da Nicarágua, contra a intervenção direta ou indireta em um País que escolheu o caminho da luta por terra, por pão e por trabalho, por sua completa independência - o caminho - aberto por Sandino, sem a ameaça de mercenários remanescentes do regime fascista de Somoza, através de fronteiras abertas por conselheiros e armas norte-americanas.

E que o exemplo da vitória do Vietnã, que marca também os caminhos da luta pela paz de muitos segmentos do povo norte-americano,"

Essas são as palavras, Sr. Presidente, Senhora e Srs. Deputados, com que nos posicionamos nesta tarde, e esperamos dos demais integrantes desta Assembléia que, novas manifestações ocorram a respeito, solicitando do governo brasileiro, urgência na designação de um Embaixador brasileiro na Nicarágua e que manifestações de solidariedade ao governo, legitimamente, empossado através da luta do povo nicaraguense.

Muito obrigado.-- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Ainda no horário destinado ao PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, por dez minutos.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atalla: filho do milagre econômico; cobertura dos homens do Governo Federal, com Alfredo Buzaid ex-Ministro da Justiça; Delfin Neto e até ex-Presidentes da República. Com esse apoio oficial, o grupo Atalla montou um verdadeiro império, usando recursos públicos para

ampliar o patrimônio pessoal.

Se o grupo Atalla, é um grupo aventureiro, irresponsável, setores do Governo Federal não ficam atrás, pois sempre liberaram recursos sem a devida fiscalização.

A Usina Central de Porecatu, é hoje, um barril de pólvora, prestes a explodir. Os trabalhadores vêm sendo enganados há muitos anos, tapeados nos seus mais legítimos interesses. O grupo é hábil. Na entre-safra, surge com a chantagem social para obter mais recursos, recursos que via - de-regra não são aplicados na solução dos problemas sociais da Usina.

Muitos são os culpados nessa triste história: bancos estatais que sempre liberaram recursos, sabendo que o grupo deve mais do que tem - só no Paraná são mais de 21 bilhões, entre o Banestado e o Badep. O Ministério do trabalho sempre se omitiu, pois desde 1978 que o FGTS não é recolhido e o Ministério, através da Delegacia Regional do Trabalho, nada fez e nada faz; o feudo Atalla controla todos os setores na região de Porecatu, inclusive, o cartório de protestos e setores do judiciário.

A situação daqueles trabalhadores é de extrema miséria. Quando muito, recebem pequenos vales, pois o pagamento está atrasado há mais de 5 meses. Crianças já morreram de fome nas fazendas do grupo e a subnutrição é visível. Aquele povo vive pior do que gado e não tem os direitos respeitados. Enquanto isso, os irmãos Atalla, suas mulheres e filhos vivem nababescamente, com mansões aqui e no exterior, aviões e helicópteros.

Amanhã vence o prazo do acordo, firmado entre o Sr. Jorge Voley Atalla e os trabalhadores, para pagamento de salários atrasados, e até o 13º salário.

Até ontem o grupo não havia conseguido dinheiro. Sabemos que foi feito um pedido ao Banestado, de 300 milhões de cruzeiros. Será que ele vai emprestar? O grupo deve ali mais de 4 bilhões!

O que os Atalla fariam com esse dinheiro, caso o Banestado tenha a irresponsabilidade de liberar, fiando-se no aval do estudo do açúcar e do álcool? Comprariam mais fazendas ou comprariam novas empresas nos Estados Unidos? Acabariam com as injustiças praticadas a tanto tempo com os seus empregados? O grupo Atalla merece confiança?

Acho que o governo já perdeu muito dinheiro com a ala dos "alas", Luftalla, Abdallas e Atallas. O governo impôs a este grupo uma solução em 1979, a venda de algumas de suas propriedades.

Não houve venda, o grupo não quer encontrar uma solução própria. Ele quer a solução do governo.

Mas entendo que, qualquer solução, não deva ter por objetivo, exclusivamente, salvar o Grupo Atalla, mas atender aos trabalhadores da Usina Central de Porecatu.

Entendo que estas usinas de açúcar e álcool, devam continuar funcionando e produzindo, mas ponho em dúvida a capacidade e a honestidade do Grupo Atalla, para gerir tamanho patrimônio e fazer com que este patrimônio exerça a função social que, necessariamente, deve exercer e que a própria Constituição Federal determina que exerça.

A Usina Central do Paraná, em Porecatu, deve continuar funcionando, mas não à custa do sangue, do suor, da miséria, da insegurança e fome dos trabalhadores.

Pergunto: o dinheiro que foi liberado para o grupo, será destinado a reparar as injustiças ou a pagar os salários atrasados?

Eu não acredito, porque até agora o grupo nunca mostrou sensibilidade para com nenhum problema social,

naquela cidade e naquela região.

O grupo que venda o que tem para pagar o que deve, como bem disse o Ministro Camilo Pena.

Sabemos, inclusive, que a cota de produção foi reduzida para todas as usinas no Paraná. Isto é um crime contra o Estado do Paraná. Porque, então, não isentar o Grupo Atalla de suas responsabilidades sociais naquela usina?

Quando um cidadão deve até um "xis", ele está preocupado em saldar; quando deve como o Grupo Atalla, ele não tem mais preocupação em saldar, assenta-se em cima da dívida, e venha lá, juro em cima de juro.

Os credores sim é que estão preocupados. E o Banestado que quer receber; é o Badep que quer receber; é a Secretaria de Finanças; é a Copel; é o Banco do Brasil; é a Caixa Econômica; são os banqueiros internacionais.

Não vejo preocupação nenhuma do Sr. Jorge V. Atalla, chefe da máfia do Grupo.

O Governo Federal através dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e Instituto do Açúcar e do Alcool, precisa verificar a situação daqueles trabalhadores.

A tensão social é gravíssima, na região de Porecatu. A fome ronda todos os lares humildes, a falta de segurança poderá gerar conflitos com previsões incalculáveis, não só em Porecatu, mas em toda aquela região, e o Governo Federal será responsabilizado por tudo o que vier a ocorrer em Porecatu. Cada morte de uma criança subnutrida será debitada ao Governo Federal; também ao Ministério do Trabalho, ao Ministério da Indústria e Comércio e ao IAA.

O próprio Governo do Paraná sabe que a situação é dramática e insolúvel, e estamos exigindo também providências do Sr. José Richa.

Os pais do milagre econômico que obriguem o Grupo Atalla a se desmobilizar, vender parte da imensa fortuna que possui no Brasil e no exterior, para saldar os compromissos que possuem com os trabalhadores que passam fome em Porecatu.

Houvesse um Governo sério neste País, volto a repetir o que disse desta tribuna, e os irmãos Atalla estariam atrás das grades, que é o lugar onde deveriam estar, pois são criminosos acima de tudo porque zombam da desgraça alheia; nem a morte de crianças nas fazendas em Porecatu, serviram para sensibilizar estes verdadeiros gangsters, acobertados por interesses do Governo Federal.

Já é hora da Delegacia Regional do Trabalho deixar de se omitir e defender os trabalhadores, ao invés de defender o patrão.

O que queremos é ver na cadeia este Grupo Atalla, Grupo irresponsável, criminoso e até bandido, e quem o protege também merece cadeia!

Na seqüência, no encerramento da liderança, o Deputado Paulo Furiatti, que faz parte da Comissão Especial que analisa os problemas do Grupo Atalla, tem dados estarrecedores para trazer aos Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que dizer de um grupo que possui, no Paraná, 87 propriedades rurais, somando 49.363,52 hectares, cujo valor venal, hoje está em torno de 28 bilhões e 915 milhões, e que tem um parque industrial calculado em aproximadamente 15 bilhões de cruzeiros?

Um grupo que tem 23 empréstimos do Badep; um empréstimo da Caixa Econômica Federal; sete do Banco Mercantil; quatro do Banestado; um do IAA; um empréstimo do Bozzano Simonsen; três do Banespa; sete do Banco do Brasil, e dez empréstimos do Banco Auxiliar de São Paulo.

A dívida global do Grupo Atalla, vencida e a vencer, entre dólares e cruzeiros, somam hoje um total, sem o serviço da dívida, de 45 bilhões, 998 milhões e 561 cruzeiros. O total do patrimônio da Usina Central do Paraná é de 43 bilhões, 915 milhões e 960 cruzeiros. O grupo Atalla deve mais do que os bens que deu em garantia. Grupo este que deve mais do que os bens que deu em garantia. Grupo este que deve ao Badep, vencido, 454 milhões, e a vencer 16 bilhões; ao Banestado, 405 milhões, e a vencer dos bilhões e meio; numa projeção, com o serviço da dívida, vencida e a vencer, o Grupo Atalla deve um total de cento e trinta e sete bilhões de cruzeiros. Nós temos aqui vários empresários que podem fazer uma análise da gravidade dessa situação. O Grupo Atalla, na verdade, é uma grande mentira, porque não se viabiliza por si só e nós vamos comprovar aqui: se o Grupo Atalla produzir o que vem produzindo em açúcar, álcool, café, milho, soja e gado, através da Usina Central do Paraná, ele terá um lucro líquido de 4 bilhões e 336 milhões de cruzeiros; e deve, sem o serviço da dívida, 45 bilhões de cruzeiros. Se nós colocarmos o serviço da dívida do Grupo Atalla, de 45 bilhões de cruzeiros, ao valor médio, de 10 por cento ao mês, o Grupo tem compromissos de quatro bilhões e meio por mês, e ele só tem capacidade, através da Usina Central do Paraná, de produzir 4 bilhões e 300 milhões, por ano. Então, qualquer empréstimo que se faça à Usina Central do Paraná, é um empréstimo inviável, porque não há capacidade para pagar. Daí que, o Banestado não tem o direito de liberar um centavo, sequer, à Usina Central do Paraná.

Mas, por outro lado, temos o grave problema dos trabalhadores e da economia de Porecatu. A situação não pode continuar dessa forma. Existe a necessidade dos grandes devedores, preocupados com a questão social, e neste caso nós incluímos os bancos do Paraná, de entrar com o pedido imediato de falência do Grupo Atalla; assumir a Usina Central do Paraná, e pagar, prioritariamente, os trabalhadores paranaenses que estão a passar fome naquela localidade.

Vejam a gravidade dessa situação, porque a Usina Central do Paraná apostou na desorganização e, quem sabe, até na má-fé do Governo, e conseguiu recursos enormes para tocar um projeto que é inviável por si só. Apostou ainda na desorganização do trabalhador.

Srs. Deputados: as demissões na Usina Central do Paraná, são feitas de vários modos, entre eles, um é o seguinte: dá-se férias ao trabalhador rural e entrega, no momento das férias, um papel, informando ao cidadão que ele está em férias. Passados os 30 dias, esse trabalhador volta a trabalhar. Quando chega lá, recebe o comunicado que está demitido por justa causa, por abandono de emprego.

Como a maioria dos trabalhadores não leva junto

consigo, ou perde aquele papel, onde consta que está de férias, vê-se demitido, por justa causa. E assim, é enorme o número de trabalhadores demitidos por esse processo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, a sua posição é corretíssima, quanto ao fato de que o Estado não deve sustentar os desacertos empresariais desse grupo que, durante uma certa época da nossa história, já foi apoiado pela ultra-direita brasileira.

O problema social tem que ser assumido pelo Estado, sim, mas não os desmandos administrativos deste grupo empresarial. Se ocorrer o apoio do Estado à situação falimentar do Grupo Atalla, teremos caracterizada mais uma das famosas “mumunhas” do processo político do nosso País.

Eu acredito que o seu apelo deve ser o apelo desta Assembléia. Vamos fazer com que o Governo assuma a questão social, mas de forma nenhuma, os prejuízos de um grupo ultra-direitista na prática política, na política trabalhista e no procedimento empresarial. Muito obrigado nobre Deputado.

O SR. PAULO FURIATTI — Foi esclarecedor o aparte do nobre Deputado. E concluindo...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Em aditamento às palavras do Deputado Roberto Requião, vou mais além. Gostaria que também esta Casa se pronunciasse quanto à necessidade imperiosa de punir os responsáveis por esse descalabro, tanto o empresário como aqueles homens que participam da administração de diversas instituições públicas que permitiram a que essa empresa chegasse a essa situação que Vossa Excelência tão bem descreve:

Os responsáveis da Caixa Econômica, os responsáveis do Badep, os responsáveis do Banco do Estado, etc. etc.

Nós precisamos parar de ser, neste País, bonzinhos com aqueles que usam a coisa pública para gerar essas situações incríveis como essa que Vossa Excelência está a desembolsar.

A cadeia não foi feita para pequenos; a cadeia foi feita também para os grandes que se locupletam da coisa pública.

O SR. PAULO FURIATTI — Muito bem, nobre Deputado Adhail Sprenger Passos.

Concluindo, ainda, um grupo: “Usina Central do Paraná” que não paga trabalhadores, mas possui 23,38% das terras de Centenário do Sul; seis por cento de Florestópolis; dois por cento das terras de Guaraci, seis por cento das terras de Porecatu, oito por cento das terras de Alvorada, e doze por cento das terras de Querência do Norte.

Daí que não podemos nos calar diante desta situação e impedir qualquer recurso público que não viabilizará projeto nenhum, mas temos o dever, como falou o Deputado

Roberto Requião, de assumir; o Estado tem que assumir a questão social dentro dos trâmites legais, para que não tenhamos a continuidade desse processo no Estado do Paraná de uma usina que não venha a atender os interesses do Paraná.

Nós temos outras usinas de açúcar, cujas situações nós pudemos analisar; são situações muito boas sob o ponto de vista financeiro. São usinas que estão produzindo e trazendo para o Paraná benefícios sociais. E o Grupo Atalla aposta na sua enorme dívida, porque hoje, aqueles que tem para receber, estão pedindo pelo amor de Deus, para que ele consiga outros empréstimos para tirar o seu e deixar o problema para os outros.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 57 Srs. Deputados:

A Mesa comunica ao Plenário que recebe a Emenda Substitutiva apresentada pelos Srs. Deputados Anibal Khury, Nilso Sguarezi e Aírton Cordeiro; a Proposição nº 61/83, Proposta de Emenda Constitucional, e encerra também, o prazo para oferecimento de Emendas.

A Proposta e a Emenda apresentadas irão à Comissão Especial de Reforma à Constituição.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— APOIADO.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 51/83, que determina o arquivamento de Proposições apresentadas na Legislatura anterior e que não tenham atingido a fase de votação pelo Plenário desta Casa.— APROVADO. (PUBLICADO NO D.A. nº 52).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 07/83, que aumenta o número de Vereadores da Câmara Municipal de Campo Mourão, conforme especifica.— APROVADO. (PUBLICADO NO D.A. nº 08).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 16/83, que declara de utilidade pública a “AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA APÓSTOLO DA CARIDADE II”, com sede e foro nesta Capital.— APROVADO. (PUBLICADO NO D.A. nº 22).

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 66/83, oriunda do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, e que assegura, a partir de 1º/07/83, a percepção dos benefícios estabelecidos no Artigo 4º, da Resolução nº 2/64, àqueles que tiveram seus direitos assegurados pelo Art. 5º, da Resolução nº 5/69, de 28/04/69. EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 066/83

Artigo único — Fica assegurada, a partir de 1º de julho de 1983, a percepção total do benefício concedido pelo Art. 4º, da Resolução nº 2/64, de 20 de fevereiro de 1964, àqueles que tiveram seus direitos assegurados pelo Art. 5º, da Resolução nº 5/69, de 28 de abril de 1969.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar

Presidente;

Anibal Khury, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Protocolado nº 4.085/83.

1. Funcionários integrantes do quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, estão a requerer benefícios que julgam de direito.

2. Instado a opinar sobre o pedido, o Gabinete da Consultoria Legislativa, manifestou seu impedimento, tendo em vista serem os requerentes, em sua maior parte, integrantes daquele corpo consultivo, sugerindo o encaminhamento a esta Comissão, o que foi acolhido pelo Excelentíssimo Sr. 1º Secretário.

3. Os adicionais pleiteados, originam-se da Resolução nº 2/64, deste Poder, os quais, posteriormente, isso em 1969, foram retirados por dispositivo inserido na Resolução nº 5/69 que, entretanto, ressalvou os direitos adquiridos e não revogou disposições em contrário.

4. Note-se que as aludidas vantagens, instituídas em 1964 e revogadas em 1969, à data de sua concessão experimentaram efeito retroativo, para alcançar no tempo os funcionários com maior número de anos de serviços prestados ao Poder Legislativo, assegurando neste espaço de aproximadamente cinco anos de vigência plena, o direito à percepção de cinco triênios, aos que possuísem mais de quinze anos de serviço nesta Casa.

5. Tiveram esses servidores os seus direitos mantidos e respeitados e os usufruem até a presente data.

6. Ocorre que, os funcionários que à época da revogação da Resolução nº 2/64, pela de nº 5/69, não haviam atingido o patamar de anos necessários à complementação de todos os seus acréscimos trienais, sofreram o congelamento destes adicionais no percentual alcançado até o instante da revogação.

7. Trata-se, sem dúvida, de decisão precipitada, à época, lançada ao arrepio da legislação vigente, pois desnaturou, com simples ato de arbítrio de autoridade, o direito adquirido de todos quantos se encontravam no exercício pleno de suas funções e viriam, por certo, a atingir o limite dos acréscimos trienais, para o recebimento destes adicionais. Houve, isso sim, uma mudança de regras em meio ao exercício pleno do direito, aquinhoando alguns e prejudicando outros.

8. Há que ser considerado que a hermenêutica, em nossos dias, vem sofrendo grande depressão pela forma simplista com que se analisam disposições legais, a ponto de até renomados consultores e pareceristas, sem maior preocupação de profundidade, perpassarem seus pontos de vista pelas mais recentes edições legais, afastando-se de legislação maior que legitima direitos, lançando suas opiniões em bases frágeis e circunstanciais, utilizando somente legislação que tem em mãos para subsidiar todo e qualquer tipo de análise.

9. Em abono, deve ser mencionado que, o mais superficial exame da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, define de forma clara e irretorquível o amparo da pretensão dos funcionários deste Poder.

Senão vejamos:

“Art. 6º — A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 2º — Consideram-se adquiridos assim, os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como *Aquele cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo ou condição preestabelecida inalterável, ao arbítrio de outrem.*”

Ora, o ato jurídico é perfeito, portanto imutável e merecedor do respeito e do acolhimento que a lei lhe garante.

E é direito adquirido, pois, ao início do benefício fora prefixado o tempo para que fosse usufruído, ou seja, acréscimo de cinco por cento a cada três anos de efetivo exercício funcional no Poder.

Ademais, a própria Constituição Federal, em seu artigo 153, § 3º, reza que "A Lei prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada", não permitindo, em consonância com a Lei de Introdução ao Código Civil, deixar-nos submetidos ao alvedrio de pouco refletidas decisões de autoridades.

Por seu turno HELY LOPES MEIRELLES, nos ensina que:

"em essência, como reconhece a doutrina em geral, aí se alberga o conceito que GABBA deu de direito adquirido, como sendo: "todo direito que é consequência de um fato idôneo a produzi-lo, em virtude da lei do tempo em que o fato se viu realizado, embora a ocasião da fazê-lo valer não se tenha apresentado antes da atuação de uma lei nova a respeito do mesmo e que nos termos da lei sob o império da qual se verificou o fato de onde se origina, entrou imediatamente a fazer parte do patrimônio de quem o adquiriu" conforme TEORIA DELLA RETROATIVITA DELLE LEGGI, I, 3ª edição, pág. 191".

(Estudos e Pareceres de Direito Público, vol II, pág. 272 - 1977).

10. Desta maneira, se o direito fora adquirido, em definitivo, pela resolução que o concedeu, a resolução que pretendeu revogá-lo, não tem o condão de desfazê-lo.

11. De outra parte, a atitude das autoridades de então, exerceu um congelamento sobre o benefício de forma ilegal, nos termos de decisão unânime do Tribunal de Justiça de São Paulo, julgando apelação nº 279.927, por sua 5ª Câmara Cível, em 8 de março de 1979, na qual a lei paulista pretendia congelar o benefício anteriormente concedido a servidor, julgando ilegal o congelamento, como se infere da publicação do Boletim de Jurisprudência ADCOAS, ano XII, nº 2, pág. 17 — 1980.

12. No mesmo entendimento e raciocínio, as SÚMULAS nºs 346 e 473, do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, determinam que:

"a administração pode anular seus atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais", o que não se presencia no caso em epígrafe, pois, o ato anterior era perfeito, acabado e prefixado, estando a gerar, ainda e a muitos, os direitos por ele preconizados.

13. Por derradeiro, deve ser considerado que não se trata aqui do restabelecimento de um edito revogado, mas sim, da afirmação de um direito pretérito, adquirido para o futuro, "ex proprio jure", pelo direito que lhe assiste, sem deliberação ou ordem de outrem.

14. Destarte, é de ser restabelecido o benefício, o que deve ser feito mediante atuação do presente protocolado como proposição, a ser submetida à discussão única pelo Plenário, e gerando efeitos financeiros apenas após sua aprovação.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1983.

(aa) Djalma de Almeida César, Presidente;

Aníbal Khury, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sobre a mesa,

requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Raul Viana, Conselheiro e fundador do Tribunal de Contas do Paraná.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, para que o mesmo determine junto à Copel, maior participação financeira nos custos relativos à extensões de energia elétrica nas comunidades, ou a diminuição de seus custos às Prefeituras.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Realda Galiotto, que deixa viúvo o Sr. Durvalino Galiotto.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, visando a construção de um ginásio de esportes e arquibancada, para o campo de Futebol, no Município de Salto do Itararé.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a permanência do núcleo do DER, no Município de Santo Antônio do Sudoeste.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo autorize a Radipar, a tomar providências imediatas para normalização dos sinais de TV, no Município de Castro.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários do Governo Federal, no sentido de estabelecer providências diversas para implantação do Parque Marumbi, inclusive visando a desapropriação de terras e relocação de famílias residentes na área do referido Parque.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhada cópia deste pronunciamento e dos apertes recebidos, como manifestação oficial da Assembléia Legislativa do Paraná, aos Srs. Presidente da República, Ministros de Minas e Energia, do Planejamento, do Exército, Marinha e Aeronáutica, Presidente da Petrobrás e do Conselho Nacional do Petróleo, as Lideranças de todos os partidos nas duas Casas do Congresso Nacional e aos membros da Bancada do Paraná na Câmara Federal e no Senado da República, sobre as consequências do pacote econômico imposto pelo Governo Federal e da majoração dos preços dos derivados do petróleo.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Coordenadores das Bancadas do PMDB e PDS no Congresso Nacional, no sentido de que adotem medidas adequadas visando sensibilizar o Governo Federal, para a desapropriação das terras do Parque Marumbi e sua implantação efetiva. APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, pleiteando o fornecimento de uma viatura policial, com os respectivos acessórios, para a Delegacia de Polícia do

Município de Moreira Salles.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Ministro da área econômica, encarecendo a prorrogação das dívidas dos agricultores que plantaram algodão, soja e milho, na safra 82/83.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o envio de mil cobertores que serão destinados à população carente, da sede e dos Distritos do Município de Mamborê.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine ao órgão competente, no sentido de efetuar reparos no Colégio Estadual “Romário Martins”, no Município de Piraquara, de danos causados por explosões de bombas de fabricação caseira de grande potência.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, objetivando a construção de um módulo policial no bairro Tarumã, desta Capital.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, para que o mesmo determine junto à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, a liberação de um Termo Aditivo para término da construção do Posto de Saúde, no Município de Salto do Itararé.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Administração, objetivando a instalação de um posto do IPE, no Município de Barbosa Ferraz.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o recapeamento com lama asfáltica das rodovias que ligam Paranaíba a Planaltina do Paraná e Paranaíba a Rondon, passando por Paraíso do Norte.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga o Município de Terra Rica ao Município de Diamante do Norte, passando pelo Distrito de Ademar de Barros.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Agricultura, da Indústria e do Comércio, das Finanças, Ministros da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda, no sentido de tomarem providências ao apelo formulado pela Cooperativa Agrícola Mista de Ponta Grossa Ltda. Coopagrícola - conforme o telex onde é relatado a situação dramática em que se encontra a agricultura dos Campos Gerais, prejudicada em face das intempéries climáticas que vêm assolando o Paraná desde meados de 82.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, objetivando medidas diversas para liberação e alocação de verbas orçamentárias destinadas à desapropriação das terras do parque Marumbi e para sua implantação, sugerindo, inclusive, contatos com o Governo Federal para o mesmo fim.— APROVADO. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à Sanepar, a colocação na programação da Entidade, o Serviço de Esgotos do Município de Salto do Itararé. APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a formalização de convênio entre o Município de Tibagi e a Fundepar, para a construção das Escolas de Sapé, no Distrito de Ventania, com duas salas de aula; Campina Alta e Guartelá. APROVADO. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de enviar policiamento preventivo nas dependências ou proximidades do Colégio Estadual Romário Martins, do Município de Piraquara. APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que o mesmo determine à Emopar, providências no sentido de que se proceda o levantamento e conseqüente reparação dos danos causados por vendavais no Ginásio Estadual João Zacco Paraná e suas extensões, e no Ginásio Estadual, do Distrito de São Valério, Município de Planalto. APROVADO. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial do Jornal “Gazeta do Povo”, edição de 9.6.83, sob o título: “Semestralidade para os Funcionários”. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine junto à Sanepar, no sentido de agilizar providências com a finalidade de estender os serviços de rede de água nos bairros de Vila Macedo, Primavera e Santa Mônica, no Município de Piraquara, sem ônus para aquelas populações.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente da Fundação Hospitalar Caetano Munhoz da Rocha, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, com a finalidade de obter informações sobre a Coordenação de Medicamentos Básicos.— APROVADO. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do documento - manifesto originado por ocasião dos encontros de trabalhadores rurais dos respectivos Sindicatos que compõem a Micro-Região 5, Vale do Ivaí, no dia 25 de maio, Dia Nacional do Trabalhador Rural.— APROVADO. (A matéria acha-se

publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 10, às 10,00 horas, com a

ORDEM DO DIA

anunciada em sessão anterior. Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GABRIEL SAMPAIO, EM SESSÃO DO DIA 9 DE JUNHO DE 1983.

MANIFESTO 25 DE MAIO "DIA NACIONAL DO TRABALHADOR RURAL"

Os Sindicatos de Trabalhadores de Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Iretama, Itambé, Jussara, Marialva, Maringá, Mandaguari, Mandaguacu, Nova Cantu, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa, integrantes da MICRO REGIÃO SINDICAL 05 - VALE DO IVAÍ - PARANÁ, reunindo seus associados em ASSEMBLÉIA GERAL, por ocasião da passagem do DIA NACIONAL DO TRABALHADOR RURAL "25 DE MAIO", instituído pela Lei 4.338, de 1º de junho de 1964, diante dos problemas e necessidades vividas pelo homem do campo quer seja pequeno proprietário, empregado, parceiro ou arrendatário ou ainda numa situação muito mais dramática, o trabalhador avulso "Bóia-fria", não seria admissível comemorarmos esta data apenas com festividades, principalmente, levando-se em consideração as constantes manifestações feitas pelo movimento sindical de trabalhadores rurais, quer seja através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a nível nacional, das Federações, a nível estadual, e dos Sindicatos a nível municipal, com relação a questões de fundamental importância não apenas para a categoria mas para toda a Nação, contudo, não recebendo a devida atenção e conseqüentemente não obtendo o sucesso desejado, se faz oportuna nesta data a manifestação da categoria com relação às nossas necessidades e anseios.

Os trabalhadores rurais por intermédio de sua instituição sindical, em documentos anteriores, têm manifestado, sua estranheza que em um país com a extensão territorial do Brasil, ainda se tenha que falar em reforma agrária, em trabalhadores rurais sem terra, em conflitos pela posse da terra, e o que é ainda pior, num país eminentemente agrícola, trabalhadores rurais passando fome, isto tudo diante dos instrumentos legais para a realização da tão almejada reforma agrária, a Constituição Federal, o estatuto da Terra, as Leis Complementares e os organismos de planejamento e execução. O que mais seria necessário? Isto ainda está sem resposta.

A realidade brasileira nos mostra que a propriedade fundiária no Brasil continua altamente concentrada. O trabalho de Henri-Philippe Reichstul e Lúdia Goldestein, do complexo cafeeiro a industrialização, Gazeta Mercantil, 29 de abril de 1980, relata que oitenta por cento dos imóveis rurais têm área inferior a 100 ha e detêm apenas 17,5 por cento do total, enquanto 1,5 por cento dos imóveis com mais de 1.000 ha ocupam mais da metade da superfície cadastrada pelo INCRA. "Do total de produtos agrícolas ofertados, quarenta por cento provém da pequena propriedade (menos que 100 hectares), vinte por cento da grande (maior que 1.000 ha) e 40 da média (entre 100 e 1.000 ha)". O mesmo trabalho nos mostra ainda, que houve na última década um crescimento muito baixo ou mesmo negativo na produção de alimentos, como "feijão (-1,6 por cento), mandioca (-1,63 por cento), batata (1,73 por cento)

arroz (3,21 por cento), que são produtos característicos da pequena propriedade. Por outro lado, observa-se enorme crescimento na produção para exportação, como a de soja (29,8) de laranja (11,9), e de trigo (10,6 por cento), cultivados principalmente nas médias e grandes propriedades".

A política agrícola adotada no Brasil visa a exportação o que vem reforçar a concentração de terras, favorecendo o latifúndio e conseqüentemente expulsando o homem da terra que vão formar o grande contingente de trabalhadores vclantes, bóias-frias "favelados", que só no Estado do Paraná estima-se em 450.000, segundo a Comissão sobre o trabalhador rural volante, instituída pelo Governador José Richa, a cujos filhos não lhes resta outra opção a não ser a marginalidade e a prostituição visto que vivem marginalizados da sociedade, sem acesso à educação, à saúde e ao trabalho que os centros urbanos não lhes oferece.

O desestímulo à política cafeeira e o estímulo à mecanização, aliado à completa ausência de planejamento capaz de conduzir e orientar nossa agricultura, traz consigo problemas de ordem social e ecológica, o que não nos pode garantir um futuro promissor. O uso indiscriminado de fertilizantes químicos e defensivo vem contribuir para o aumento do custo de produção, e o que é ainda mais grave, nos faz uma população de contaminados, entoxicados, envenenados por produtos químicos. A política de preços mínimos atinge, via de regra, os produtos destinados ao exterior e são insuficientes para cobrir as despesas básicas de custeio. O estímulo à mecanização e o crédito agrícola têm servido de endividamento para os pequenos produtores que acabam até mesmo entregando suas propriedades, a qualquer preço, para saldar dívidas de empréstimos rurais.

O PROÁLCOOL, mais que uma alternativa energética, voltada para a grande propriedade avança sobre terras próprias para o cultivo de alimentos, explorada por pequenos produtores, cuja exploração de mão-de-obra é feita por cooperativas e empresas prestadoras de serviços, com objetivo único de ceifar do trabalhador os direitos do Decreto 57.020, de 11 de outubro de 1965. As hidrelétricas, obras das quais não podemos negar a importância, o que contestamos é o preço pago pelo trabalhador que se constitui a maior vítima. Itaipu atingiu cerca de 6.000 pequenos proprietários e 2.000 parceiros e arrendatários, numa previsão de 120.000 deslocados. Não será alimento a energia que mais precisamos?

A legislação trabalhista, não apenas para o trabalhador rural, se encontra inadequada para todos os trabalhadores brasileiros, e quando alguma mudança ocorre esta é feita sem a participação do principal interessado, "o trabalhador", como é o caso da mudança da Lei 6.708, alterada pelo Decreto-Lei 2.012/83 que vem sendo decidido a revelia dos vários setores da sociedade brasileira e do próprio Congresso Nacional. Constatamos no meio rural um verdadeiro absurdo onde a força de trabalho do menor é expressiva e por força do Parágrafo único, do Artigo 11, da Lei 5.889, de 8 de julho de 1973, é assegurado ao trabalhador na agricultura menor de 16 anos, apenas cinquenta por cento do salário estabelecido para o adulto. As precárias condições de fiscalização leva ao descumprimento das leis. No meio rural a maioria dos assalariados recebem igual ou menos que um salário mínimo, poucos têm carteira profissional assinada, a minoria recebe 13º salário, férias, horas extras e domingo é quase totalmente ignorado. A morosidade da Justiça do Trabalho e a falta de Juntas de Conciliação e Julgamento faz com que muitos trabalhadores acabem por abandonar seus direitos trabalhistas.

A previdência social se constitui numa mostra clara de discriminação social deixando o trabalhador rural marginalizado dos benefícios e serviços previdenciários

recebidos pelos trabalhadores urbanos.

A classe trabalhadora rural exige a equiparação da previdência social rural à urbana, conforme o Anteprojeto de Lei Complementar entregue pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura ao Ministro da Previdência e Assistência Social em 12 de abril de 1983.

A Legislação Sindical Brasileira se encontra desajustada para o atual momento nacional, necessita de urgente reformulação que dê ao movimento sindical maior autonomia e liberdade de ação, bem como, de participação nas decisões de interesse dos trabalhadores o que, aliás, é pertinente da legislação em vigor como dever do movimento sindical, em colaborar com os órgãos públicos.

O cooperativismo que surgiu para solucionar problemas, especialmente daqueles que não tinham condições próprias de estocar seus produtos e negociar melhores preços, no entanto as cooperativas se tornaram grandes empresas, e não mais atendem aos interesses dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, senão vejamos a publicação feita por Claus M. Germer (atual Secretário da Agricultura do Estado do Paraná) no Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra ano V, nº 23, julho/agosto, 1982, com relação ao ano de 1980 para o Estado do Paraná. "Entre os produtores de mais de 50 ha., mais de cinquenta por cento eram associados das cooperativas, enquanto os de menos de 10 ha somente trinta por cento estavam associados a cooperativas, e entre os de 10 a 50 ha somente vinte e sete por cento eram associados. Assim sendo, pode-se verificar que os agricultores de menos de 50 ha somavam 405 mil em 1980, mas apenas 80 mil eram associados de cooperativas, ficando excluídos 325 mil. Enquanto isso, os agricultores com mais de 50 ha somavam 50 mil, e 27 mil eram associados de cooperativas, ficando excluídos apenas 23 mil". Mais adiante, "deve-se perguntar: as cooperativas não foram criadas por trabalhadores pobres para servirem aos trabalhadores pobres? Por que chegamos a uma situação que justamente os mais pobres, portanto os que mais necessitam de uma organização coletiva de defesa, não podem ser incorporados pelas cooperativas? Isto ocorre porque as cooperativas estão a serviço de uma economia capitalista, elas são associações empresariais e os pequenos produtores não contam com tais recursos.

Este estado geral de coisas aliado ao desemprego crescente e aos baixos salários percebidos pelos trabalhadores só pode gerar uma população empobrecida que acaba por mergulhar no crime e na prostituição", a pobreza não é menos alarmante entre a maioria do pessoal empregado, cujos salários são insuficientes para a fluência de uma vida condigna: sessenta e seis por cento das famílias brasileiras recebiam até 1978, até três salários mínimos, um quarto dos trabalhadores menos que um salário mínimo e dois terços ganhavam até dois salários mínimos". Mais adiante, "as informações existentes sobre a distribuição de renda são bastante conhecidas e demonstram que entre 1960 e 1976 se agravou a iniquidade: os 5 por cento mais ricos que detinham 27,7 por cento da renda, passaram a apropriar-se de trinta e nove por cento; os cinquenta por cento mais pobres que recebiam 17,7 por cento passaram a receber 11,8 por cento (fonte pesquisa Nacional das Amostras por Domicílio e Carlos Longoni). Esta situação se encontra hoje mais agravada ainda.

É por tudo isto que os trabalhadores rurais clamam das autoridades responsáveis o incentivo à fixação do homem à terra, levando a ele os benefícios da eletrificação, educação, transporte, moradia, saúde, lazer, através de uma reforma agrária integral, não só com a distribuição de terras aos trabalhadores sem terra, mas dando-lhes condições para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, crédito, assistência técnica, apoio à comercialização, a intervenção no cooperativismo agrícola de modo a satisfazer as necessidades

dos pequenos produtores, que são os mais necessitados.

O incentivo ao replantio da cafeicultura no Paraná, com seguro e financiamento próprios para a cafeicultura. Medidas urgentes e eficazes que dê oportunidade a milhões de brasileiros de integração ao processo econômico e social do País.

Microrregião 05 - Vale do Ivaí/Pr.
25 de maio de 1983.

PAULINO DE CARLOS Coordenador
LUCINDO FERREIRA LIMA Secretário

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS NILSO SGUAREZI E CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 09 DE JUNHO DE 1983.

SEMESTRALIDADE PARA OS FUNCIONÁRIOS

A implantação do reajuste dos vencimentos dos funcionários públicos do Paraná será decidida nestas próximas horas pelo Governador e Secretários de Estado vinculados ao problema. O índice será estabelecido em função de estudos que estão sendo ultimados. Mais, ainda: o 13º salário poderá não ser concedido este ano. Tudo dependerá do comportamento da arrecadação e do nível de despesas, circunstância que não descarta a possibilidade, ainda no final de 83, ser concedido. É certo que será implantado em 84.

Essas informações que "Gazeta do Povo" veiculou com destaque, em sua edição de ontem, sobre virem ao encontro do desejo dos "barnabés" paranaenses, constituem-se - principalmente - em medida de justiça, se considerarmos que no vasto plano da política de salários, no território paranaense, há diversidade e disparidade de tratamento, tudo configurando uma tremenda preterição aos que servem os quadros da administração direta. O Estado buscaria, assim e como o que for decidido em Palácio, na sexta-feira pela manhã, um tratamento mais justo aos que, durante anos e anos, estão perdendo, vertiginosamente, seu poder econômico, passando a uma condição de preteridos, desatendidos e injustiçados.

Atente-se que na iniciativa particular, há muito, já se faz vigente a semestralidade e que o 13º salário se incorporou no patrimônio de direitos do trabalhador. No caso das sociedades de economia mista, onde não se processam concursos públicos - neste caso a democratização das oportunidades de emprego é a forma mais correta de admissão - existe, em função do regime de C.L.T., não somente a semestralidade, o 13º salário e, em múltiplos casos, outros tipos de "salários", afora vantagens que os empregados públicos da administração direta não percebem. Essa defasagem tem motivado uma generalizada sensação de tratamento incorreto por parte do Estado em relação aos que lhe servem quer nas "estatais", ou são regidos, nas suas relações, pelo regime estatutário.

Dir-se-á - certamente de forma primária, economicamente falando - que um dispêndio maior por parte do Tesouro em relação aos servidores agravará, ainda mais, a situação do "caixa" público. Ora, qualquer possível melhoramento do ICM que, segundo o Sr. Erasmo Garanhão, das Finanças, já vem apresentando níveis de melhora, em função do aperfeiçoamento da máquina arrecadadora; de uma severa vigilância contra a evasão das rendas públicas e um combate eficiente à sonegação, do qual a "Operação Soja" é um dos testemunhos mais evidentes.

Entendemos, assim, que um impulso financeiro, pela via de eventual melhoria dos rendimentos dos funcionários públicos, não irá significar um impacto negativo ao processo arrecadador de dinheiros por parte do Estado. A circulação

far-se-á normal e naturalmente e os reflexos na área do ICM terão um peso de compensação que torna o "desencaixe", virtualmente muito pequeno, quando não for plenamente compensado. Por sobre isto, atente-se que o Governo do Estado tem a obrigação de tratar os seus servidores com um mínimo de justiça, adotando os mesmos critérios - por exemplo - que a iniciativa particular vem perfilhando, isto é, concedendo

o reajuste semestral, em índices corretos, no mínimo igual ao percentual do INPC do período e mandando pagar o 13º salário que todos auferem, menos os "barnabés" que, ao longo de tantos e tantos anos, têm sido preteridos, perdendo - ao longo desse tempo - um poder de compra que se tentará, agora, e somente agora, recuperar.

O que se decidir, no Palácio Iguaçu, será, tão apenas, um alto de justiça a uma classe que se injustiçou há muito.